



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
INSTITUTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO  
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

Ricardo Sodré Andrade

**Uma nova geração de instrumentos arquivísticos de  
referência na *web***

Novas possibilidades para as instituições arquivísticas públicas  
brasileiras

Salvador  
2010

Ricardo Sodré Andrade

**Uma nova geração de instrumentos arquivísticos de  
referência na *web*:**

Novas possibilidades para as instituições arquivísticas públicas  
brasileiras

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Ciência da Informação.

Área de concentração: Informação e Conhecimento na Sociedade Contemporânea.

Linha de pesquisa: Políticas, Tecnologias e Usos da Informação.

Orientação: Prof. Dr. Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva.

Salvador  
2010

CDD 025.17114

A553 Andrade, Ricardo Sodré.

Uma nova geração de instrumentos arquivísticos de referência na *web*: novas possibilidades para as instituições arquivísticas públicas brasileiras [manuscrito] / Ricardo Sodré Andrade. – 2010.  
87f.: il.; 29 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia,  
Instituto de Ciência da Informação, 2010.  
“Orientação: Prof. Dr. Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva,  
Programa de Pós - Graduação em Ciência da Informação”.

1 Representação de informação. 2. Descrição arquivística. 3.  
Instrumentos arquivísticos de referência. 4. Web 2.0. I. Título.

Ricardo Sodré Andrade

**Uma nova geração de instrumentos arquivísticos de  
referência na web:**  
Novas possibilidades para as instituições arquivísticas públicas  
brasileiras

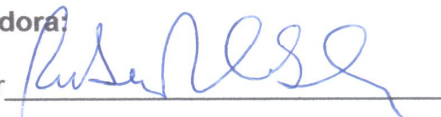
Dissertação submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, do Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia (PPGCI; UFBA/ICI), como parte dos requisitos à obtenção do grau de Mestre.

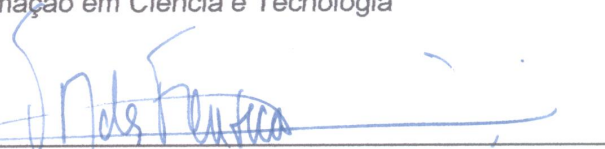
Área de concentração: Informação e Conhecimento na Sociedade Contemporânea.

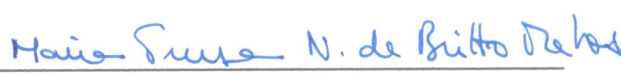
Linha de pesquisa: Políticas, Tecnologias e Usos da Informação.

Aprovada em 06 de maio de 2010

**Banca Examinadora:**

Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva – Orientador   
Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro/Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia  
Universidade Federal da Bahia

Vitor Manoel Marques da Fonseca   
Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense  
Universidade Federal Fluminense

Maria Teresa Navarro de Britto Matos   
Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia  
Universidade Federal da Bahia

Aos meus pais e avós.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, porque dele, e por meio dele e para ele são todas as coisas. A ele, pois, a glória eternamente.

Aos meus pais, Magnaldo e Vera, de uma forma que jamais poderei suficientemente expressar em palavras; ao meu avô Chico (*in memoriam*), que foi ao encontro do nosso Redentor poucas semanas antes da defesa desse trabalho; ao meu avô Marcos (*in memoriam*), um dia poderia finalmente conhecê-lo; às minhas avós Vivá e Florença, pelos carinhos e pensamentos de sempre.

Aos outros de minha família, por tudo que representam em minha vida.

À Rosane, por tornar seu sorriso e companhia necessários.

À Profa. Dra. Nanci Oddone, por ter contado a uma turma de calouros da graduação que eles poderiam fazer pesquisa científica.

Ao Prof. Dr. Othon Jambeiro, não apenas por ter permitido que um desconhecido estudante de graduação, cursando o primeiro semestre, participasse do Grupo de Estudos em Políticas de Informação, Cultura e Comunicação – GEPICC, mas também por todas as muitas outras oportunidades e conquistas que vieram como consequência.

À Prof. Dra. Maria Teresa Navarro de Britto Matos, por ter acreditado em meu potencial e ter me confiado importantes responsabilidades no Arquivo Público da Bahia, mesmo sendo um profissional recém-formado.

Ao meu orientador de pesquisa no curso de mestrado, o Prof. Dr. Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva, pelas leituras, sugestões, paciência, compreensão e confiança.

A todos os outros professores da UFBA, que contribuíram com peças importantes para a minha formação acadêmica.

Aos colegas do GEPICC, pela amizade e convivência durante esses anos. Sucesso a todos nós!

Aos colegas do CRIDI e GEPINDI, pelos acadêmicos passos que demos juntos.

Aos colegas de turma do curso de mestrado em Ciência da Informação, pela amizade e crescimento que cultivamos nesses anos de estudo e pesquisa.

Aos funcionários do ICI/UFBA, do Arquivo Público da Bahia e da Fundação Pedro Calmon que de algum modo participaram desse período de busca do grau de Mestre.

## RESUMO

O trabalho se insere no campo de estudos da informação por meio do tema representação de informação, tratando especificamente dos processos de representação no âmbito dos arquivos públicos brasileiros, processos esses que na prática geralmente são identificados como sendo as atividades de descrição arquivística, geração de versões digitais dos documentos e até mesmo de arranjo documental. A revisão de literatura permitiu identificar o caminho histórico do processo de representação de informação arquivística e seus produtos, os instrumentos de referência. Além disso, a identificação de uma possível nova geração de instrumentos de referência foi alcançada, sendo a característica principal da nova geração o aproveitamento das novas possibilidades de interação da *web*, considerando o que se convencionou chamar Web 2.0. A pesquisa buscou tratar da tendência das instituições arquivísticas públicas estaduais e nacional do Brasil na disponibilização de representações de informação na internet, tomando como elementos de análise das potencialidades informacionais as características que definiriam uma nova geração de instrumentos arquivísticos de referência. Nessa nova geração, os usuários interagem entre si e também com as representações contidas no instrumento, não apenas utilizando passivamente, ao contrário, contribuem com a construção do próprio instrumento por meio da inserção e edição de conteúdos representativos do acervo representado. Partindo das premissas de que os arquivos públicos brasileiros possuem limitações crônicas ligadas à escassez de recursos para a realização de suas ações e o uso intensivo da internet ainda não é, de fato, crítico para o funcionamento dos serviços de representação da informação e de referência nas instituições, a hipótese inicial indicava que apesar de algumas instituições arquivísticas públicas estaduais e o Arquivo Nacional do Brasil possuírem *websites*, essas instituições estariam ainda longe de aproveitar as novas possibilidades de interação que se apresentam atualmente. Os resultados apontaram principalmente que a disponibilização de representações de informação arquivística ainda se dá por meio da migração do que já foi feita de modo tradicional, com a criação de novas bases de dados na internet e com a digitalização e disponibilização dos objetos digitais produzidos a partir dos acervos. A interação permitida aos usuários ainda se resume em grande parte aos canais de comunicação já existentes antes da chamada Web 2.0. Ainda assim, considerando alguns dados alcançados, considera-se que há uma oportunidade crescente para que uma nova geração de instrumentos de referência possa surgir, contando com o interesse da multidão que interage na *web* em busca de conteúdos relevantes e com a adoção cada vez maior da internet e suas ferramentas da parte das instituições arquivísticas públicas.

**Palavras-Chave:** Representação de informação. Descrição arquivística. Instrumentos arquivísticos de referência. Web 2.0.

## ABSTRACT

This work is in Information Studies Field through Information representation theme, specifically representation process in the ambit of the Brazilian public archives. This process – in practice – is identified as activities of archival description, generation of digital version of documents and even documental arrangement. The literature review identified the historical course of the process of representation of archival information and its products, the reference instruments. Furthermore, the identification of a possible new generation of reference tools was achieved. The main feature of this new generation is the optimization of the new possibilities of interaction of the web, considering what is conventionally called web 2.0. The research sought care from the tendency of Brazil's national and state public archival institutions in the availability of information representation on the internet, taking as element of analysis of the informational potentials the features that defined a new generation of reference archival tools. In this new generation, users interact with each other and with the representations contained in the instrument, using it not only passively, instead, contributing to the construction of the instrument itself by inserting and editing representative content of the represented collection. Starting from the premise that the Brazilian public archives have chronic limitations related to scarcity of resources to realization of their actions and the intensive use of the internet still is not, in fact, critical to the functioning of the services of representation of information and reference in institutions, the initial hypothesis stated that although some state public archival institutions and the Brazil National Archive have websites, these institutions were still far to enjoy the new possibilities of interaction that are presented nowadays. The results showed that mainly the availability of representations of archival information still occurs through migration of what has been done in the traditional way, by creating new databases on the Internet and the digitization and availability of digital objects produced from the collections. The interaction allowed to users still boils down largely to communication channels which existed before the so-called Web 2.0. Still, considering some of the data obtained, it is considered that there is a growing opportunity for a new generation of instruments reference to arise, with the interest of the people interacting on the web in search of relevant content and the increasing adoption of Internet and its tools by public archival institutions.

**Key-Words:** Information representation. Finding aids. Archival description. Web 2.0. Next generation of finding aids.



## LISTA DE SIGLAS

AdTG	Administração Regional de Taguatinga
AHMS	Arquivo Histórico Municipal de Salvador
AMSP	Arquivo Municipal de São Paulo
APES	Arquivo Público do Espírito Santo
APIs	Interface de Programação de Aplicativos
ArPDF	Arquivo Público do Distrito Federal
COLUSO	Comissão Luso-Brasileira para Salvaguarda e Divulgação do Patrimônio Documental
CONARQ	Conselho Nacional de Arquivos
DESPS	Delegacia Especial de Segurança Política e Social
DOPS	Delegacia de Ordem Política e Social
DPS	Divisão de Polícia Política e Social
EAD-DTD	Descrição Arquivística Codificada
FCDF	Fundação Cultural do Distrito Federal
GABGOV	Gabinete do Governador
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ISAAR(CPF)	Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias
ISAD(G)	Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística
MAD	Manual of Archival Description
MAPA	Memória da Administração Pública
NARA	arquivo nacional dos Estados Unidos da América
Nobrade	Norma Brasileira de Descrição Arquivística
NOVACAP	Companhia Urbanizadora da Nova Capital
OCR	reconhecimento ótico de caracteres
SCS	Secretaria de Comunicação Social
SAA	Society of American Archivists
SIAN	Sistema de Informações do Arquivo Nacional
SINAR	Sistema Nacional de Arquivos
SAD	Secretaria de Estado de Administração

SSP	Secretaria de Segurança Pública
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
XML	Extended Markup Language

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	12
<b>2</b>	<b>METODOLOGIA</b>	18
2.1	ABORDAGEM	18
2.2	PROCEDIMENTOS	20
2.3	TÉCNICAS	22
2.4	EXECUÇÃO	23
<b>3</b>	<b>FUNDAMENTOS TEÓRICOS</b>	26
3.1	BREVE CRÍTICA TERMINOLÓGICA: DO INSTRUMENTO DE PESQUISA AO INSTRUMENTO ARQUIVÍSTICO DE REFERÊNCIA	26
3.2	ASPECTOS HISTÓRICOS E TEÓRICOS DA DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA	27
3.3	INSTRUMENTOS ARQUIVÍSTICOS DE REFERÊNCIA	37
3.4	WEB 2.0	39
3.5	NOVA GERAÇÃO DE INSTRUMENTOS ARQUIVÍSTICOS DE REFERÊNCIA	43
<b>4</b>	<b>EXPOSIÇÃO DOS DADOS COLETADOS</b>	49
4.1	EXPOSIÇÃO DOS ELEMENTOS COLETADOS DOS <i>WEBSITES</i> DOS ARQUIVOS ESTADUAIS E NACIONAL DO BRASIL	49
4.1.1	<b>Arquivo Público do Distrito Federal</b>	50
4.1.2	<b>Arquivo Público do Espírito Santo</b>	50
4.1.3	<b>Arquivo Público do Estado do Mato Grosso</b>	53
4.1.4	<b>Arquivo Público do Estado de São Paulo</b>	53
4.1.5	<b>Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro</b>	54
4.1.6	<b>Arquivo Público do Estado do Paraná</b>	55
4.1.7	<b>Arquivo Público Mineiro</b>	56
4.1.8	<b>Arquivo Nacional</b>	58
4.2	EXPOSIÇÃO DAS RESPOSTAS FORNECIDAS PELOS ARQUIVOS PÚBLICOS ESTADUAIS E ARQUIVO NACIONAL AO QUESTIONÁRIO ENVIADO	61
4.2.1	<b>Arquivo Público do Distrito Federal</b>	61

<b>4.2.2</b>	<b>Arquivo Público do Estado do Paraná</b>	<b>64</b>
<b>4.2.3</b>	<b>Arquivo Público do Estado de São Paulo</b>	<b>66</b>
<b>4.2.4</b>	<b>Arquivo Nacional</b>	<b>68</b>
<b>5</b>	<b>ANÁLISE DOS DADOS</b>	<b>72</b>
5.1	DOS ARQUIVOS ESTADUAIS	72
5.2	DO ARQUIVO NACIONAL	76
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>77</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>81</b>
	<b>APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO ONLINE</b>	<b>86</b>
	<b>APÊNDICE B – ROTEIRO SEMI-ESTRUTURADO DE ENTREVISTA</b>	<b>87</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O processo de representação da informação arquivística é de grande importância para a ação posterior de recuperação. Tal prática é denominada descrição arquivística já há muito, consistindo em um processo de criação dos chamados instrumentos de pesquisa, convenientemente denominados nesse trabalho como instrumentos arquivísticos de referência.

Com a internet, surgem possibilidades e mudanças para praticamente todas as áreas do conhecimento, incluindo o campo de estudos da informação, que inclui a arquivologia.

Algumas dessas transformações e oportunidades são proporcionadas pelo fenômeno da Web 2.0, quando a *web* se torna participativa e o usuário passa a ter domínio do conteúdo que acessa ao ponto de, até mesmo, poder alterá-lo. Há uma liberdade maior nas ações informacionais, melhorando a experiência do usuário no acesso a conteúdos digitais.

O trabalho proposto procura entender a aproximação da descrição arquivística e seus produtos com as novas possibilidades que a Web 2.0 representa, além de investigar se e como isso é apreendido pelas instituições arquivísticas públicas estaduais e o Arquivo Nacional do Brasil. É uma tentativa de entender a evolução da descrição arquivística e de seus produtos até o presente momento, no qual uma internet cada vez mais social altera a forma como os usuários utilizam as representações de informação.

Produtos dos processos de representação da informação, como a descrição arquivística, os tradicionalmente chamados instrumentos de pesquisa são aqueles que informam ao pesquisador acerca do contexto e conteúdo dos conjuntos e unidades documentais de um determinado acervo arquivístico de valor secundário<sup>1</sup>. Dessa forma, os instrumentos de pesquisa são representações de uma documentação histórica que passaram pelos processos de arranjo e descrição onde, respectivamente, foram definidas lógica e fisicamente a organização dos documentos e produzidos os elementos descritivos do acervo.

---

<sup>1</sup> Um documento arquivístico apresenta valor secundário quando deixa de ter valor administrativo e/ou legal, o valor primário, e passa a ter valor histórico.

Os instrumentos de pesquisa tradicionais possuem formas padronizadas e reconhecidas pelas denominações clássicas: os guias, catálogos, inventários, índices, repertórios etc. As possibilidades de uso desses instrumentos são limitadas, condicionadas à sua materialidade e às tradicionais práticas de produção destes instrumentos e, principalmente quando comparadas às novas possibilidades, que serão apresentadas.

Os processos de descrição arquivística e de produção dos instrumentos de pesquisa passaram a contar apenas recentemente com normas orientadoras tanto nacionais quanto internacionais, o que explica a existência de abundante variedade de formas, abordagens e resultados das políticas de descrição dos acervos entre as instituições de custódia. Há que se salientar que recomendações relacionadas à descrição documental já existem há bastante tempo; o que pode ser chamado de recente é o entendimento coletivo entre os pesquisadores e profissionais da arquivologia acerca da prática de descrição arquivística, que resultou na Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística (ISAD-G).

A criação da norma internacional e o crescente desenvolvimento e uso das tecnologias aplicadas aos arquivos e seus processos, como o conjunto de metadados denominado Descrição Arquivística Codificada (EAD-DTD), parecem ter instituído um momento oportuno para a reavaliação das possibilidades existentes.

Com a nova perspectiva de acesso a conteúdos informacionais por meio da internet e a crescente necessidade de publicar os seus instrumentos de referência neste meio digital, as instituições arquivísticas passaram a planejar a migração e/ou criação de instrumentos de referência utilizando os novos recursos da *web*, notadamente os que proporcionam melhorias na acessibilidade, se baseiam em padrões abertos e fomentam a existência de comunidades virtuais em seu entorno. Esses instrumentos arquivísticos de referência *online* estão sendo apontados como uma "Nova Geração de Instrumentos Arquivísticos de Referência"<sup>2</sup> (YAKEL, 2003; VAN GARDEREN, 2006a; VAN GARDEREN, 2006b; YAKEL, SHAW e REYNOLDS, 2007; KRAUSE e YAKEL, 2007; ANDRADE e SILVA, 2008).

No Brasil, a maior parte da documentação histórica se encontra custodiada por instituições públicas, notadamente os arquivos públicos estaduais e o Arquivo Nacional. Essas instituições são as que possuem maiores acessos a recursos

---

<sup>2</sup> Versão em português escolhida para se referir à expressão *Next Generation Finding Aids*.

técnicos e financeiros, assumindo posições privilegiadas nos sistemas de arquivo e, junto com as universidades, se apresentam como as instituições que mais influenciam teórica e operacionalmente as instituições de custódia públicas e privadas de menor porte. Isso é evidenciado pela instituição do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR), onde o Arquivo Nacional é apresentado como "[...] órgão principal do sistema, sob o qual os arquivos estaduais e municipais subordinam-se hierarquicamente, embora sem vínculos organizacionais e estruturais [...]" (SANTOS, 2005, p. 99).

Frente à importância apresentada, o conhecimento acerca do estado e das intenções dessas instituições estaduais e nacional quanto à qualificação e/ou disponibilização para o acesso aos seus instrumentos arquivísticos de referência no mundo digital é de grande importância para que seja possível traçar diretrizes, recomendações, enfim, um caminho menos árduo para que as próprias instituições possam caminhar. Além disso, pode-se alertar para a necessidade de estudos e ações em pontos pouco explorados nas iniciativas existentes ou, talvez, a depender da realidade que virá a ser conhecida, se constatar que pouco ou nada foi realizado até o momento, apesar do acesso dito comercial à internet no Brasil existir desde o ano de 1995, da formação de profissionais de nível superior em arquivologia ser uma constante desde cerca do início da década de 1980 e do emergente conceito de arquivologia pós-custodial, que, entre outras características, se realiza quando o foco principal de interesse da arquivologia se move da custódia para o provimento ao acesso (FONSECA, 2005), com a certeza de que custódia e acesso se completam (MENNE-HARITZ, 2001).

Cresce o interesse em entender essa nova geração de instrumentos, quais são as iniciativas de criação que existem ou que foram empreendidas até esse momento e, principalmente, como os arquivos públicos estaduais e nacional estão reagindo frente a essa possibilidade que a *web* social suscitou, a de qualificar os instrumentos de referência de modo a proporcionar a ampliação do acesso com a possibilidade de interação tendo como possível resultado um grau de ampliação da consciência informacional dos consulentes para o "[...] grande inventário impossível de relatar [...]" que Silva (2006, p. 7) afirma existir. Assim, o acesso cada vez mais abundante às representações de informação ampliaria os meios para a construção das identidades dos indivíduos, a partir da apreensão do histórico da comunidade em que vivem e dos grupos sociais em que participam.

Reconhecendo a proposta da nova geração de instrumentos arquivísticos de referência como um marco de onde se pode avaliar a tendência das ações das instituições arquivísticas, surgiu a dúvida acerca da situação dos arquivos públicos no Brasil nesse âmbito da disponibilização ao acesso de suas representações de informação.

De fato, o problema que orienta a pesquisa está cunhado na seguinte forma: qual a tendência das instituições arquivísticas públicas estaduais e nacional do Brasil para a disponibilização das representações de informação por meio da internet?

Tomou-se por hipótese que apesar de algumas instituições arquivísticas públicas estaduais e o Arquivo Nacional do Brasil possuírem *websites*, essas instituições estão ainda longe de aproveitar nos seus instrumentos de referência as novas possibilidades de interação que se apresentam atualmente.

O objetivo geral se estabeleceu como sendo o de identificar as ações, as barreiras e as tendências na disponibilização de representações de informação, formatados na forma dos instrumentos arquivísticos de referência na internet, pelos arquivos públicos estaduais e o Arquivo Nacional do Brasil, tomando como elementos de análise das potencialidades informacionais as características que definem a Nova Geração de Instrumentos Arquivísticos de Referência.

Para alcançar esse objetivo geral, apontaram-se alguns objetivos específicos, sendo eles:

- a) identificar as ações empreendidas até o momento na disponibilização de representações de informação na internet;
- b) conhecer as tendências das instituições investigadas quanto à criação de novos instrumentos de referência na *web*.

O dispêndio de esforços e recursos na busca pela resposta do problema proposto, considerando os objetivos indicados, se torna justificável pelas considerações doravante apresentadas.

Brooks (2003) considera que utilizar a *web* proporciona mais do que um simples processo de recuperação de informação, permite exercer um processo de descoberta constante, pois o ambiente de hipertexto e de resultados de busca sempre trazem algo, um retrato momentâneo de um todo em constante mudança.



Essa constante descoberta é intensificada quando ao usuário é dado o direito de participar da construção do ambiente informacional.

González de Gómez e Gracioso (2006) indicam que a forma para a promoção de uma melhor busca e recuperação de informação no espaço virtual

[...] estaria, acredita-se, em reconhecer, no sujeito, o que lhe faz tomar determinadas atitudes em uma ação de comunicação, o que lhe faz *compreender*, *descrever* e *discriminar* o que lhe é relevante ou não. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ; GRACIOSO, 2006, p. 4).

Os processos de busca e recuperação de informação em ambiente digital pode se apresentar insuficiente no atual contexto social, em que a tecnologia atua como aparato técnico necessário para as atuais ações de representação e de relacionamento da sociedade. Isso parece estar implícito quando a recuperação de informação na *web* é tratada:

Por isso se pode pressupor que, talvez, o caminho para promover melhores resultados de busca e recuperação da informação no contexto virtual não esteja atrelado a compreender e adaptar as estruturas do pensamento humano ao espaço *online*, nem representar contextos, domínios e vocabulários utilizados pelos usuários, mesmo porque, como mencionado, essa totalidade de representações e relações não se daria de maneira completa. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ; GRACIOSO, 2006, p. 4).

Na *web* social, o conteúdo e os usuários se alteram mutuamente e por isso não seria possível representar uma única vez o conteúdo para um grupo de pessoas, pelo contrário, considera-se que a percepção fluida das pessoas frente aos conteúdos e o acesso interativo permitiriam a adição e edição freqüente das representações, sendo subordinadas às mudanças dos próprios usuários.

Nesse pensamento, diante das práticas de colaboração que são possíveis pelo que se chama Web 2.0, práticas essas evidenciadas no experimento descrito por Yakel, Shaw e Reynolds (2007)<sup>3</sup>, espera-se que seja possível melhor delinear a proposta de Nova Geração de Instrumentos Arquivísticos de Referência, criando um interessante marco indicativo que as instituições arquivísticas poderiam tomar conhecimento quando forem se lançar na reforma e disponibilização de suas representações na *web*.

Uma vez que o referencial teórico tenha se tornado satisfatório, o estudo empírico proposto deveria permitir conhecer a situação das instituições arquivísticas estaduais no Brasil que já possuem *websites* e o Arquivo Nacional. O momento

---

<sup>3</sup> Nesse experimento, foi criado um ambiente com representações de informação de um conjunto documental onde os usuários poderiam interagir com o conteúdo e entre os outros usuários, utilizando recursos que se tornaram possíveis e presentes no contexto da Web 2.0.

apreendido evidenciaria se o caminho percorrido ou intencionado por essas instituições na construção de seus instrumentos arquivísticos de referência na *web* tende a se conformar com a proposta de uma nova geração de instrumentos arquivísticos de referência identificada na literatura. A partir disso, as instituições poderiam repensar suas iniciativas, talvez contemplando as características que a proposta possa apresentar.

Os resultados obtidos apontaram para um esforço comum de apenas migrar representações do acervo já existentes para a *web* ou ainda de se envidar esforços para produzir novas representações estáticas apenas para consulta. Criação de bases de dados e execução de processos de conversão digital de peças do acervo são os meios mais comuns para viabilizar a disponibilização de conteúdos na internet por parte das instituições arquivísticas, porém, as novas possibilidades da *web* não são ainda aproveitadas, com uma rara exceção encontrada durante a pesquisa.

Espera-se que a possibilidade de uma nova geração de instrumentos arquivísticos de referência permita um salto qualitativo no acesso às informações arquivísticas preservadas pelas instituições de custódia. Elevando a interatividade e significação das informações descritivas disponibilizadas, não apenas aos tradicionais usuários das instituições arquivísticas, mas também aos usuários interessados em descobertas que permitiriam reformar suas identidades culturais, em um processo semelhante ao descrito por Silva (2006): uma ampliação da consciência, útil para conhecer e agir em determinadas áreas de seu contexto de existência.

## 2 METODOLOGIA

Pouco há registrado na literatura científica acerca da condição atual em que as instituições públicas brasileiras de custódia, das esferas estaduais e nacional, se encontram no que se refere à temática apresentada nessa dissertação: a manutenção e disseminação das suas representações arquivísticas em meio digital.

Em setembro de 2008, o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) iniciou uma pesquisa para conhecer a realidade dos Arquivos Públicos Estaduais e Municipais do Brasil, em que questões relativas às representações do acervo são feitas às instituições, o que é importante para entender o presente cenário. A investigação aqui proposta também se refere às representações dos acervos arquivísticos, porém, com uma intenção mais específica que é a de entender o aproveitamento atual das novas possibilidades da internet pelas instituições de custódia.

O universo da pesquisa é formado pelos arquivos públicos brasileiros que possuem *websites*. Diante desse universo, foram selecionados os arquivos estaduais e nacionais brasileiros que possuem um endereço na *web*. A partir desses indivíduos, considera-se ser possível alcançar o universo por meio da aplicação do método indutivo, que será abordado mais à frente.

Após as considerações anteriores, toma-se como referência inicial a obra de Marconi e Lakatos (2006) acerca de metodologia científica, de onde se constrói a estrutura metodológica apresentada a seguir para execução desta pesquisa.

### 2.1 ABORDAGEM

Para essa investigação, a abordagem para a análise dos dados a serem coletados foi a indutiva, percebendo que a observação da realidade dos arquivos públicos estaduais e do Arquivo Nacional do Brasil, que já possuem presença virtual na internet, poderia ser realizada e com isso pudesse ser feita uma afirmação geral das instituições arquivísticas brasileiras.

É necessário considerar alguns aspectos da abordagem indutiva, presentes na execução desse trabalho de pesquisa e tratados a seguir.

Inicialmente, reconhece-se para esse trabalho a existência de duas premissas, que são tomadas como verdadeiras e sobre as quais a hipótese foi estabelecida:

- a) os arquivos públicos brasileiros possuem limitações crônicas ligadas à escassez de recursos para a realização de suas ações; e
- b) o uso intensivo da internet ainda não é, de fato, crítico para o funcionamento dos serviços de representação da informação e de referência nas instituições.

A hipótese indicada anteriormente nesse trabalho é tomada como provavelmente verdadeira, no entanto, a corroboração ou refutação total ou parcial da mesma durante a investigação será importante para ampliar o conteúdo das premissas, ampliando o alcance do conhecimento.

Para Francis Bacon (apud VELOSO, 2004), a indução é um processo que parte da observação de particularidades e segue até generalizações racionais e bem ordenadas. No seu entendimento do que seria a indução, Bacon estabelece a necessidade do registro das circunstâncias de ocorrência do fato sob observação, as omissões (ausências) do fato e a variação ou intensidade com que um fato ocorre. Com essas observações, inicia-se um esforço intelectual que interpreta os fatos ocorridos, para somente então iniciar a generalização possível.

É evidente que há um limite nas generalizações possíveis a partir de um dado conjunto levantado de particularidades de um fenômeno; isso leva à conclusão que a escassez de dados particulares tornaria a generalização incompleta. Porém, nessa generalização incompleta que se apresenta possível, obtém-se um entendimento que se acredita ser o mais aproximado possível do que deve ser a realidade. A indução seria, então, a explicitação do que se encontra implícito (LALANDE, 1996; PAULI, 1997).

A generalização aqui proposta está ligada ao fato de ser impossível analisar todas as instituições arquivísticas públicas brasileiras, considerando as municipais, no tempo e recursos disponíveis. Considera-se que com o conhecimento das propriedades encontradas separadamente, mas de forma recorrente, nas instituições investigadas, seja possível generalizar os resultados (LALANDE, 1996) para o

âmbito municipal brasileiro, dada a consideração de que as instituições pesquisadas exercem fortes influências nas políticas e práticas dos arquivos municipais do país.

A generalização na indução é essencialmente probabilística, por isso, o aspecto quantitativo das recorrências dos fatos é considerado importante para alcançar a probabilidade de verdade nas afirmações, todavia, nessa pesquisa considerou-se também a qualidade das instituições efetivamente investigadas, mais precisamente o aspecto da sua influência para com o universo, representado pelos arquivos públicos municipais. Ora, se os arquivos estaduais e nacional exercem influência por meio dos sistemas de arquivo no tocante às abordagens, políticas e procedimentos técnicos, é de se supor que se pode generalizar os cenários ligados a este problema de pesquisa também.

Com a existência potencial de 27 (vinte e sete) arquivos estaduais no Brasil e Arquivo Nacional, torna-se viável a possibilidade de coleta de dados dos *websites* de cada um deles e dos respectivos funcionários com alguma ligação com o processo de representação de informação, o que permitirá inferir uma afirmação geral acerca dos dados dessas instituições para as outras do mesmo gênero. Então, conhecendo o atual cenário, seria possível analisar a tendência de aproximação das instituições arquivísticas públicas brasileiras da proposta de nova geração de instrumentos de referência.

Reconhece-se que as análises possíveis de serem realizadas com a indução não permitem fazer afirmações futuras, antes, apenas afirmações acerca da realidade de um presente captado. Espera-se, no entanto, que a observação de uma situação momentânea possa servir como base de planejamento para as instituições, bem como se torne um marco para comparações vindouras acerca da evolução operacional a que essas instituições provavelmente se submeterão no que se refere à publicação de instrumentos de referência na internet.

## 2.2 PROCEDIMENTOS

Os procedimentos são etapas menos abstratas da investigação, em comparação com o que se chama abordagem. Passam a existir a partir de uma postura mais concreta do pesquisador frente ao seu objeto de pesquisa, apesar de

ainda não serem manifestações das técnicas de coleta de dados, que serão vistas a seguir.

Marconi e Lakatos (2006) apresentam entre os chamados “métodos específicos das ciências sociais” o procedimento histórico, onde a investigação de acontecimentos, processos e instituições no passado poderia auxiliar no entendimento da sua forma atual, por meio da análise das modificações de suas partes, levando a uma “[...] melhor compreensão do papel que o fenômeno desempenha na sociedade [...]” (p. 107).

Um processo como a descrição arquivística, objeto de proposições de cunho teórico e prático ao longo do tempo, foi entendido como passível de uma análise histórica. Dessa forma, reconhece-se que entender a progressão da complexidade desse processo até o presente momento permite compreender melhor como se chegou à proposição da chamada nova geração de instrumentos de referência. Espera-se que não apenas se torne possível compreender o “como” se chegou até o presente, mas a importância de uma nova geração de instrumentos frente a uma sociedade que se depara com o fenômeno tecnológico internet se modificando para um ambiente cada vez mais social, onde os participantes ampliam suas possibilidades de participação e comunicação.

Propõe-se, então, um reconhecimento das práticas da descrição arquivística ao longo do tempo e de indícios acerca dos resultados obtidos pelos profissionais ao longo dessas mudanças. Espera-se que o entendimento acerca da situação atual seja alcançado por meio do levantamento de aspectos históricos e teóricos na literatura selecionada, buscando reconhecer alterações da teoria, da prática e do entendimento acerca dessas ocorrências.

Além do procedimento histórico, será utilizado também o comparativo, que basicamente existirá com a observação das semelhanças e diferenças entre as instituições pesquisadas, buscando compreender o comportamento humano nos distintos contextos organizacionais encontrados. Assim, espera-se que seja possível afirmar acerca das concordâncias e divergências existentes entre os diferentes corpos funcionais de cada instituição arquivística analisado.

## 2.3 TÉCNICAS

A revisão de literatura constitui o primeiro passo, sendo a localização, leitura e extração de elementos relevantes o ponto principal desse momento.

A temática das publicações selecionadas deverá estar relacionada aos aspectos teóricos e/ou históricos da descrição arquivística, a instrumentos arquivísticos de referência e também da nova geração de instrumentos arquivísticos de referência. Os sentidos que os autores dos textos apresentarem serão analisados e comentados, numa tentativa de relacionar o que foi dito até então, nos últimos dez anos principalmente, acerca dos temas apontados. O marco teórico construído será fundamental para proceder à análise dos dados coletados.

A revisão de literatura inclui os textos fundamentais que tratam da proposta de nova geração de instrumentos de referência. Com o aporte desses textos, será realizada a interpretação dos dados relativos ao objeto da pesquisa, que é a nova geração de instrumentos arquivísticos de referência nos arquivos públicos estaduais e no Arquivo Nacional do Brasil.

O próximo passo após a construção do marco teórico será o da elaboração e aplicação dos instrumentos de coleta de dados, que deverão auxiliar na captação da realidade das instituições pesquisadas.

A primeira operação realizada será a criação de um descritivo das páginas das instituições que possuam presença na *web*. Esse descritivo irá apontar como as representações do acervo de cada instituição foram disponibilizadas nos *websites*, indicando características e ressaltando o que há de relacionado com a Web 2.0. Considera-se que a ação de dispor das representações dos acervos na internet é o fim do processo que aproveita as novas tecnologias disponíveis para permitir o acesso aos instrumentos de referência, portanto, saber quais resultados efetivos cada instituição alcançou é um indicativo da eficácia de suas ações nesse sentido.

Um roteiro semi-estruturado foi criado para a realização de entrevistas com os responsáveis pela gerência ou direção das funções de descrição arquivística nas instituições, buscando traços, ações ou produtos de projetos finalizados ou em planejamento, que tenham por objetivo por ao ar aplicativos *online*, relacionados à representação do acervo e que apresentem características próprias da Web 2.0. As

entrevistas foram agendadas e realizadas via telefone ou por meio de tecnologia VoIP (Voz sobre IP).

O uso das técnicas de entrevista potencialmente possibilitou que os entrevistados apresentassem suas opiniões sobre as ações que as instituições que representam estão executando ou deverão iniciar, além de permitir que fossem extraídos pormenores das situações ímpares de cada instituição, do ponto de vista de alguém que vivencia aquele cotidiano organizacional. Todavia, a realização de entrevistas encontrou a resistência das instituições de teste durante a execução, sendo essa técnica substituída pela entrevista, que por sua vez possibilitou que as instituições respondessem às perguntas com mais comodidade e fosse mais aceita.

As duas técnicas aplicadas permitiram captar o que há e o que cada instituição realizou até o momento e o que elas aspiram realizar, em termos de representação dos acervos na internet em cada uma das instituições e formalmente comunicado pelos responsáveis pela política de descrição documental. Tais dados nos forneceram o necessário à análise do cenário operacional das instituições pesquisadas.

## 2.4 EXECUÇÃO

É interessante perceber o quanto a metodologia planejada sofreu alterações durante o percurso da execução. Nessa seção do capítulo que trata da metodologia serão expostas as alterações que foram necessárias e os motivos que as causaram.

O primeiro registro a ser feito foi com relação ao cronograma. Este demandou constantes modificações, considerando os atrasos que ocorreram por parte de atividades laborais do mestrando. Atividades de natureza externa à pesquisa se mostraram fontes de distração e aqui registra-se o conselho a futuros aspirantes ao título de mestre para que tomem cuidado com a administração do tempo, pois o planejamento formal pode se mostrar menos decisivo do que a atitude eficaz de priorização das atividades da pesquisa.

Obviamente, o trabalho de pesquisa muitas vezes acaba por ser interrompido por eventos alheios à vontade do pesquisador. Os motivos são diversos e em sua variedade podem se manifestar como eventos ligados ao trabalho, à família, a outros



tipos de relacionamento e outras. Além disso, a disposição mental de executar a pesquisa, incluindo a produção de textos, não é algo de fácil controle, antes, demanda ações de preparação que pode ir da organização do ambiente de trabalho até ao exercício de técnicas ou estratégias próprias de autodisciplina.

No que tange à própria pesquisa, da abordagem e dos procedimentos, nada foi alterado. Mostraram-se adequados à proposta da pesquisa e suficientes para nortear o trabalho.

Quanto às técnicas, houve mudanças significativas e fatos curiosos que ocorreram durante a execução da pesquisa e que serão relatados a seguir para registro e conhecimento.

Na etapa de coleta de dados que foi planejada para ser feita por meio de entrevistas, ocorreram mudanças drásticas que serão relatadas a seguir.

Esperou-se que o serviço de VoIP denominado Skype ([www.skype.com](http://www.skype.com)) fosse ser utilizado, porém o mesmo não possuía recurso próprio de gravação da conversa. Considerou-se então o serviço similar chamado Gizmo5 ([www.gizmo5.com](http://www.gizmo5.com)), mas este, apesar de ter o recurso de gravação, mostrou algumas incompatibilidades com o sistema operacional utilizado, que era o Linux Ubuntu 9.10. Algum tempo foi perdido nessa etapa, na tentativa de encontrar uma solução para o correto funcionamento do Gizmo5 e, após seguir diversas instruções na internet para resolver o problema, o Gizmo5 entrou em funcionamento apenas para mostrar que o gasto financeiro seria um pouco maior que seria com o uso de uma linha telefônica convencional. A solução para essa nova dificuldade foi a pronta decisão do pesquisador em adquirir um aparelho que ao ser ligado à linha telefônica convencional e ao computador poderia gravar a conversa.

Em orientações que ocorreram em momentos anteriores à decisão de compra do aparelho de gravação de ligação, foi decidido que o teste de coleta de dados por meio de entrevista seria feito com o Arquivo Histórico Municipal de Salvador (AHMS). Essa instituição funciona apenas pela tarde, o que limitava o momento para realização da entrevista. A primeira tentativa de contato com a instituição resultou na notícia que a pessoa que seria indicada para responder estava de licença médica e apenas uma semana depois poderia atender. Nas tentativas seguintes, os principais fatos foram:

- a) preocupação de uma das funcionárias com o que poderia ser dito e conseqüentemente veiculado pela pesquisa, tendo a funcionária

considerado inclusive a necessidade de uma consulta à assessoria de comunicação da instituição;

- b) a funcionária que atendeu à demanda para a entrevista se mostrou interessada na participação da entrevista, porém, foi possível ouvir alguns protestos de outra pessoa na instituição, e que estava próxima do telefone, acerca do fato da entrevista ser realizada por telefone, aparentemente o desejo do outro funcionário era que o entrevistador fosse até o local;
- c) por um lapso do pesquisador, o aparelho de gravação da conversa não foi ativado antes do início da entrevista de teste, não registrando nada do diálogo, fato que seria um problema sério caso estivesse na efetiva aplicação do instrumento.

O teste realizado com o AHMS apontou essas falhas operacionais que poderiam ter sérias conseqüências no resultado, caso ocorressem com as instituições objetos da pesquisa. Grave seria se houvesse outros casos de resistência para atender à solicitação de entrevista por meio de telefone. Com essas observações sob consideração, um novo teste foi realizado, dessa vez com o Arquivo Municipal de São Paulo (AMSP).

Com o AMSP, foi possível marcar com certa facilidade a entrevista com a direção para o dia seguinte. No dia e horário combinados, a ligação foi realizada. A proposta da pesquisa foi apresentada e ao fim da primeira pergunta a diretora argumentou que provavelmente seria mais fácil responder aos questionamentos caso eles fossem enviados por email, na forma de questionário. A diretora do AMSP justificou que a primeira pergunta já demandava alguma consulta a um dos setores da instituição e provavelmente outras também provocariam isso, além disso, foi apresentado o argumento de que por escrito as perguntas poderiam ser respondidas de melhor forma.

Diante dos dois testes realizados, uma consulta foi feita ao orientador e tomou-se a decisão de transformar o roteiro de entrevista em um questionário *online*, cuja URL seria enviada à instituições, de modo que o e-mail fosse recebido com prévia ciência de quem o deveria responder.

### 3 FUNDAMENTOS TEÓRICOS

Os fundamentos teóricos se constituem nos alicerces a partir dos quais partiremos para a análise dos dados coletados acerca do objeto estudado. São esses fundamentos, identificados por meio da revisão de literatura, que tornam possível compreender o trajeto da função arquivística de representação da informação ao longo dos anos, culminando no período atual, onde alcança as novas possibilidades que a tecnologia vem apresentando.

#### 3.1 BREVE CRÍTICA TERMINOLÓGICA: DO INSTRUMENTO DE PESQUISA AO INSTRUMENTO ARQUIVÍSTICO DE REFERÊNCIA

Esse trabalho foi considerado um momento ímpar para uma crítica terminológica à expressão "instrumento de pesquisa", consolidada no campo da arquivologia no Brasil, mas que não remete ao significado real e imediato, que é o de uma ferramenta dessa natureza. Sugere-se então a adoção da expressão "instrumento arquivístico de referência" ou apenas "instrumento de referência", quando a natureza do acervo for explícita.

Hagen (1998, p. 5) aponta que a função do instrumento arquivístico de referência, de forma similar ao de um instrumento de referência bibliográfica, é o de permitir a "exploração do conhecimento registrado". Aqui, entende-se "explorar" como ação de tornar conhecida a documentação para que seja possível uma seleção do material relevante para a pesquisa, que só é realizada no momento do acesso ao material selecionado. Dessa forma, pondera-se que a pesquisa, de fato, realiza-se no documento obtido e não no ou com o instrumento continente da representação do acervo. Se o acervo não pode ser acessado, o instrumento de referência não poderá substituí-lo e a pesquisa não será realizada.

Outro argumento é o de que tais instrumentos são disponibilizados justo pelo serviço de referência das instituições arquivísticas (PENTEADO, 1995), apresentados aos consulentes no momento "referência", conforme esquema (figura 1) abaixo:

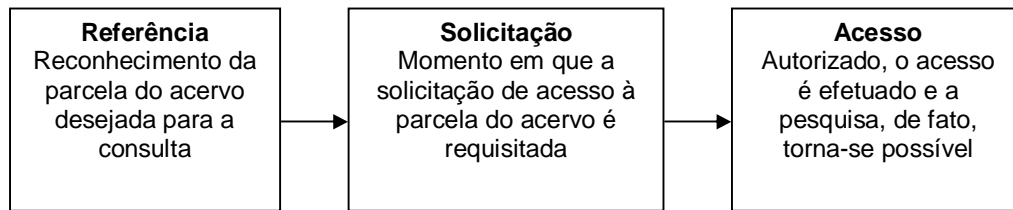


Figura 1 – Momentos do usuário no serviço de referência de uma instituição arquivística

Uma mudança terminológica também pode caracterizar a passagem dos instrumentos de uma posição na qual apenas apontam a localização física dos documentos ou cuja representação carece de elementos contextuais, para uma posição em que os contextos de produção, uso e preservação são adequadamente explicitados na representação criada.

Assim, nesse trabalho, é proposto e utilizado o termo “instrumento arquivístico de referência” ou “instrumento de referência” como substitutos do termo “instrumento de pesquisa”, que se refere aos tradicionais produtos do processo de descrição arquivística. Já o termo “nova geração de instrumentos arquivísticos de referência” é utilizado para designar uma proposta de instrumentos que incorporam as possibilidades que a internet apresenta, aderindo a padrões, atentos à usabilidade e promovendo a existência de comunidades virtuais em seu entorno (ANDRADE; SILVA, 2008).

Uma proposta de mudança de termo pode se apresentar, a princípio, como uma aspiração demasiadamente pretensiosa, haja vista que o termo é difundido e utilizado na literatura e entre os profissionais do campo da arquivologia. Não obstante, entendemos que o termo deve sofrer a alteração, facilitando a comunicação científica e a evolução terminológica.

### 3.2 ASPECTOS HISTÓRICOS E TEÓRICOS DA DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA

A descrição arquivística é o processo em que o arquivista cria representações de um determinado acervo arquivístico, explicitando o contexto e o conteúdo do acervo. É claramente uma atividade intelectual que demanda competências de interpretação de texto, conhecimento histórico acerca do produtor e de sua época,

além de habilidade com a língua em que estão sendo produzidas as informações descritivas. Segundo a *Society of American Archivists - SAA* (2002), seu propósito é o de identificar, gerenciar, estabelecer controle intelectual, localizar, explicar o acervo arquivístico e promover o acesso.

Os mais antigos registros que remetem à descrição arquivística são os repertórios de documentos registrados em tabletes de argila, encontrados na cidade de Nuzi, atualmente conhecida como Yorgan Tepe, na região da Mesopotâmia, datados de 1500 a.C. (DURANTI, 1993).

Leão (2006) infere que a descrição arquivística inicialmente se destinava ao controle do acervo, situação que segundo a autora perdurou até o fim do século XIX, quando as reformas administrativas na França, à época do Iluminismo, levaram ao fechamento de fundos<sup>4</sup> produzidos pelas estruturas burocráticas anteriores e, em seguida, as instituições que passaram a custodiar aqueles acervos assumiram uma função cultural primária (DURANTI apud LEÃO, 2006). Importante citar que a descrição arquivística se tornou a solução para uma situação ocorrida naquele momento histórico, quando os primeiros profissionais, historiadores contratados pelas instituições de custódia, passaram a organizar os acervos por tema, descaracterizando o que seria a identidade vinculante mais importante da documentação com seu respectivo produtor, culminando em uma situação irreversível no que se refere à organização física do acervo, porém, contornada por representações da ordem original dos fundos, propiciada pela descrição arquivística (LEÃO, 2006).

Nesse período inicial da arquivologia como campo do conhecimento, a descrição arquivística foi citada pelo Manual dos Arquivistas Holandeses, obra clássica publicada no ano de 1898 pela Associação dos Arquivistas Holandeses e considerado por Fonseca (2005) como o marco inicial da arquivologia moderna, apresentando regras para as atividades próprias dos arquivistas e iniciando um entendimento normalizado para a prática da atividade em arquivos. O Manual acentua a necessidade de que a documentação seja descrita uniformemente, sem privilegiar este ou aquele documento e tendo por base um suposto grau de valor histórico que é identificado ou atribuído pelo agente descritor. Citava ainda a necessidade de uma descrição que partia do conjunto documental mais geral até a

---

<sup>4</sup> Fenômeno que ocorre quando o produtor de um fundo cessa sua produção documental e, conseqüentemente, o crescimento quantitativo do fundo.

descrição das unidades específicas do acervo (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES, 1973). A importância da obra resultou na sua tradução para diversos idiomas, como o alemão (em 1905), o francês (em 1910), inglês, italiano (em 1908), português (em 1960), chinês e outros (BRUEBACH, 2003; FONSECA, 2005).

Desde o manual holandês, a descrição arquivística se tornou tema de discussões e, recentemente, a preocupação com a explicitação dos contextos de produção da documentação passou a ser cada vez mais frequente. A seguir, serão feitos comentários sobre textos que citam aspectos teóricos e históricos da descrição arquivística desde a década de 1990 e cujo texto completo tenha sido obtido durante o levantamento bibliográfico.

Inicialmente, Duranti (1993) faz uma estranha afirmação, considerando a prévia existência do clássico manual holandês e de outras publicações: a de que a primeira definição de *Archival Description*, ou "descrição arquivística" foi publicada em 1974 no glossário da SAA. A pesquisadora ainda afirma que a literatura internacional não havia apresentado um conceito de descrição arquivística que houvesse exposto o que considera a problemática da prática e, também, que o próprio termo não havia sido definido até a década de 1970.

Leão (2006) considera que no começo do século XX a descrição arquivística se distanciou do objetivo inicial de controle dos acervos pela instituição custodiadora para ser uma facilitadora da recuperação dos documentos, enquanto proporcionava o acesso a um crescente universo de usuários. Tal consideração é um indício de que um entendimento voltado para o acesso, em detrimento apenas da custódia preservacionista, começava já a se formar.

Haworth (2001) discorre sobre a necessidade de produção de descrições adequadas, relacionada à história administrativa ou biográfica e com uma boa definição do escopo e conteúdo da documentação, o que não é trivial, podendo apresentar complexidades diversas, como a frequente impossibilidade de identificar determinadas subjetividades ligadas ao relacionamento entre o produtor e a documentação produzida. Essa necessidade extrai do arquivista o conhecimento que permitiria aos usuários dos arquivos uma independência maior no uso dos arquivos, pois, a partir das representações geradas, já não será mais um acervo totalmente incógnito. Um acervo totalmente incógnito faz com que a figura do arquivista seja a única forma de acessar o que está armazenado.

Haworth (2001) ainda afirma que a descrição documental é o coração do trabalho arquivístico. Sendo assim, torna explícita a diferença entre o trabalho de representação da informação de um profissional bibliotecário e o profissional arquivista, ambos tradicionalmente conhecidos como profissionais da informação e cujo ensino e prática possuem uma proximidade histórica.

Para Haworth (2001), os arquivistas almejam representar o conteúdo, estrutura e contexto dos conjuntos e unidades dos documentos, diferentemente dos bibliotecários, que selecionam e criam representações de produtos informacionais. A partir da definição de Haworth, esclarece-se que os documentos arquivísticos são produtos de uma ação ou de um aparelho burocrático, considerados meios de prova e evidência de um fenômeno administrativo, jurídico ou algum outro ligado às atividades de seu produtor. O chamado produto informacional, geralmente objeto da ação de representação de informação típica da prática bibliotecária, é o resultado da ação proveniente de uma intenção em instruir e informar. Essa distinção das práticas faz com que as atividades de representação dos dois campos de estudo da informação sejam distinguidas.

O resultado da descrição arquivística precisa conter elementos acerca do contexto de criação e outros retirados do próprio conjunto documental descrito. Dessa forma, os arquivistas devem sempre descrever o conteúdo, a estrutura e o contexto dos documentos, resguardando os atributos da imparcialidade e da autenticidade da evidência de um ato ocorrido, considerando que ser uma evidência é característica própria do documento arquivístico.

Bruebach (2003) indica que a primeira ocorrência do termo *Archivwissenschaft*, que designa "arquivologia" no idioma alemão, foi em um pequeno livro sobre descrição arquivística, publicado em 1806. A publicação da primeira normativa de descrição arquivística na Alemanha se deu em 1954. Apesar das épocas das publicações, para Bruebach (2003), a arquivologia continuou sendo questionada sobre ser uma ciência, uma disciplina científica auxiliar da História ou apenas um conjunto de conhecimentos de natureza técnica até a primeira metade do século XX. Há que se levar em conta que Bruebach (2003) se ocupou das tradições, desenvolvimento e perspectivas da arquivologia na Alemanha, onde o contorno epistemológico da arquivologia provavelmente reagiu de forma distinta às outras partes do mundo. No Brasil, por exemplo, os primeiros bacharelados em arquivologia foram criados no final da década de 1970 e anúncios de uma tentativa

de criação do primeiro curso de pós-graduação em nível de mestrado em arquivologia surgiram recentemente, na fala do Prof. Dr. José Maria Jardim acerca do esforço de docentes da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) nesse sentido, durante uma mesa de debates sobre formação em arquivologia, no XV Congresso Brasileiro de Arquivologia, ocorrido em Goiânia no ano de 2008 (CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 2008). A criação de cursos de mestrado e doutorado, que traz como consequência produção científica regular na forma de dissertações e teses, é um claro entendimento do status de ciência de uma determinada esfera do conhecimento.

Yakel (2003) se pôs a discorrer sobre o tema que denominou representação arquivística, dedicando um artigo a isso. A autora considera que a representação se refere tanto ao processo de arranjo documental (respeitando ou não a ordem original), da descrição arquivística e da criação de instrumentos de referência, como os guias, catálogos, inventários, repertórios etc. Ela também incluiu na definição de representação arquivística a criação de sistemas, incluindo as bases de dados e de informações arquivísticas estruturadas, como os documentos de EAD-DTD.

Argumentando em defesa do uso do termo representação arquivística como completo para indicar as atuais tarefas dos arquivistas no arquivo permanente, Yakel (2003) aponta que a expressão captura, precisamente, as atividades de (re)ordenamento, interpretação e catalogação, criando as substituições e arquiteturas daquilo que chamou de sistemas de representação.

Ainda no início de seu artigo, a autora afirma que arquivistas precisam pensar menos em termos de um simples, definitivo e estático processo de arranjo e descrição, substituindo isso pela adoção do contínuo, relativo e fluido processo de arranjo e descrição para a representação. A pesquisadora enfatiza que, de fato, a descrição de documentos eletrônicos começa ainda na sua criação e permanece durante a sua tramitação, indicando a continuidade do processo, que se faz presente em cada adição de metadados ao documento, como aqueles relacionados às versões, acessos e alterações na redação.

Para Yakel (2003), os instrumentos arquivísticos de referência criados atualmente são evidências do que ela indica como fato: os arquivistas estão substituindo os sistemas de representação analógicos pelos sistemas baseados em



computador, como os registros MARC<sup>5</sup> e as codificações EAD-DTD<sup>6</sup>. Ela enfatiza que os artefatos de representação arquivística são mais do que ferramentas de acesso, em constante evolução, contribuem para o registro do conhecimento da instituição arquivística acerca de seu próprio acervo.

Em seu texto, Yakel declara a intenção de que seu artigo seja um acréscimo ao esforço de teorizar acerca da chamada representação arquivística, dos sistemas de representação e dos artefatos que resultam delas.

Bellotto (2004) também fez considerações acerca da representação arquivística, considerando esta o "[...] estabelecimento de um elo suficiente e necessário entre a indagação do pesquisador e sua solução [...]" (BELLOTTO, 2004, p. 173), afirmando ser a descrição documental uma atividade exclusiva da terceira idade<sup>7</sup> de um arquivo e que o trabalho de descrição e arranjo é ininterrupto, principalmente pelo fato de que o recolhimento de novas parcelas documentais não cessa enquanto o fundo não se fechar<sup>8</sup>.

Menne-Haritz (2001) pondera que as décadas de 1980 e 1990 foram marcadas por intensas discussões tendo por objeto a avaliação<sup>9</sup> e que, após isso, a descrição arquivística passou a receber cada vez mais atenção dos pesquisadores e profissionais, fato evidente pela publicação das normas de descrição arquivística, internacional e brasileira, exatamente na década de 2000.

Discorrendo sobre a normatização do processo de descrição arquivística, Menne-Haritz (2001) afirma que normas para a descrição arquivística apresentam pretensas formas corretas de prática, mas não elucidam as situações em que elas funcionam melhor. Essa situação cria um risco, segundo a pesquisadora, de que os arquivistas façam algo errado trilhando um caminho certo, algo como criar, de uma forma eficiente, representações arquivísticas ineficazes, como instrumentos arquivísticos de referência com algum grau de inutilidade, porém, utilizando um

---

<sup>5</sup> MARC é a sigla para *Machine Readable Cataloging*, ou catalogação legível por computador, uma estrutura que permite que dados referentes à catalogação de uma publicação sejam processados por um computador.

<sup>6</sup> Sigla para *Encoded Archival Description – Document Type Definition*, ou uma Definição de Tipo de Documento XML destinada a criar uma Descrição Arquivística Codificada em meio eletrônico.

<sup>7</sup> A terceira idade do ciclo vital de um documento, quando este consegue apresentar valor histórico e é considerado para a guarda permanente.

<sup>8</sup> Fundo se refere ao acervo produzido por uma determinada entidade (produtor). O fundo é considerado fechado quando o produtor não irá mais produzir documentos por extinção da pessoa jurídica ou morte da pessoa física.

<sup>9</sup> Processo que valora os documentos em idade intermediária para que seja definido quais conjuntos documentais serão descartados ou, por apresentarem valor histórico, serão recolhidos ao arquivo permanente.

conjunto de regras claras: as normas. Apesar desse aspecto de essência negativa, Menne-Haritz (2001) reconhece que as normas são os melhores instrumentos de auxílio quando há intenção de disponibilizar as informações arquivísticas para o acesso.

No entanto, até a elaboração de uma norma internacional para a descrição arquivística, foi necessário algum tempo até que os arquivistas superassem os motivos de resistência à normatização desse processo. Leão (2006, p. 35-36) localiza na literatura cinco pontos que considera justificativas para a resistência à criação de normas para o processo de descrição arquivística:

- a) o caráter único dos arquivos, que motivaria o discurso da necessária distinção de práticas de representação entre os acervos;
- b) a influência do usuário/pesquisador;
- c) a existência de diferentes realidades históricas, culturais, de formação, de organização e de funcionamento;
- d) o isolamento e a independência dos arquivistas;
- e) a carência de recursos.

Não obstante as justificativas, uma norma internacional tornou-se disponível e sua adoção apresenta-se como de considerável importância com o avanço das tecnologias aplicadas aos arquivos (LEÃO, 2006; ANDRADE, 2007).

Hagen (1998) apresentou um breve histórico sobre a normatização da descrição arquivística, destacando a situação de alguns países com relação a essa temática. A China, Noruega e ex-União Soviética, contariam com normas sólidas para a descrição dos acervos; a Suécia de certa forma controlaria a execução desse processo por meio da legislação; na França e Itália, os arquivos nacionais são os responsáveis por estabelecer as regras; Nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, as diretrizes para a descrição são desenvolvidas por meio do esforço de organismos profissionais. No Brasil, tal como na França e Itália, o Arquivo Nacional e a Câmara Técnica de Descrição Arquivística do CONARQ têm desempenhado importante papel no estabelecimento das normas de descrição.

Hagen ainda contribui para o entendimento da evolução normativa da descrição arquivística quando afirma que a primeira norma nacional foi criada em 1986 no Reino Unido, o *Manual of Archival Description* (MAD). Além disso, faz referência à quantidade de normas a serem utilizadas durante a descrição

arquivística indicadas pelo livro *Standards for Archival Description*, publicado em 1994, nos Estados Unidos, pela SAA – são 86 normas para a descrição e outras 157 indicadas como secundárias.

Por conta da proximidade das áreas, o controle bibliográfico e a descrição arquivística guardam semelhanças e diferenças, as quais Smiraglia (apud HAGEN, 1998, p. 5) apresentou. As semelhanças seriam:

- a) os catálogos bibliográficos e os instrumentos arquivísticos de referência possuem objetivo comum: permitir a exploração da documentação;
- b) a consciência da necessidade de descrever tanto os elementos físicos quanto os intelectuais;
- c) o “dilema comum da busca de informação”, onde quem faz o instrumento estaria em vantagem em relação ao pesquisador quanto à disponibilidade dos dados acerca do material descrito.

As diferenças foram listadas como sendo:

- a) as físicas e intelectuais entre os livros e os documentos de arquivo, pois livros são preparados para serem descritos e divulgados, sendo unidades com título, autor e assunto definidos, enquanto os arquivos são resultado de uma atividade, sendo conjuntos de documentos que não podem ser definidos por um assunto ou autor;
- b) os pesquisadores desses acervos apresentam necessidades informacionais distintas, a busca de informação bibliográfica é em geral mais específica do que a arquivística, baseada principalmente em interesses contextuais.

Hostetter (2004) explorou os usos, funcionalidades e problemas que envolvem os instrumentos arquivísticos de referência *online* e sua criação, o universo de análise foram os arquivos e os arquivistas de universidades estadunidenses. O estudo envolveu 16 (dezesesseis) arquivistas, sendo que 15 (quinze) desses eram funcionários de universidades públicas e um de universidade privada. Seu objetivo foi o de examinar vários aspectos dos instrumentos arquivísticos de referência disponibilizados em meio digital por essas instituições, de modo que o resultado de sua investigação pudesse auxiliar os profissionais arquivistas na identificação de problemas potenciais durante a criação dos

instrumentos de referência, considerando estes como uma importante ferramenta de presença e de apoio à pesquisa na internet.

A investigação indicou que as principais razões que condicionavam as instituições arquivísticas a não disporem de instrumentos de referência na internet foram a falta de tempo, dinheiro e recursos humanos. Uma vez superada a escassez desses recursos, as iniciativas mais antigas dispunham, quantitativamente, de mais instrumentos na *web*. Assim, é provável que a falta de recursos humanos culmine no acúmulo de tarefas, resultando na falta de tempo generalizada e a indisponibilidade de recursos financeiros seja o motivo inicial, ou pelo menos de grande importância, para a situação de precariedade constatada.

MacNeil (2005, p. 1) inicia um texto sobre a relação entre a descrição arquivística e a característica autenticidade de um documento ou um conjunto documental, apresentando os propósitos e os métodos da descrição arquivística, que seriam:

- a) promover o acesso aos documentos arquivísticos por meio de uma descrição que permita a recuperação, pelo menos, por meio da proveniência;
- b) permitir o entendimento da documentação por meio do registro de seu contexto, estrutura e conteúdo;
- c) estabelecer indícios que permitam a presunção da autenticidade do acervo, por meio do registro da cadeia de custódia, seu arranjo e as circunstâncias de sua produção e uso.

O autor continua afirmando que um documento autêntico é aquele que consegue provar ser aquilo que ele afirma ser, sem ter sido alterado em seus aspectos essenciais. A autenticidade se assenta em parâmetros de identidade – ou seja, questiona-se se foi realmente escrito por quem ele diz ter sido escrito – e integridade, isto é, foi alterado de alguma maneira desde sua produção e, caso tenha sido, apresenta-se a questão que se preocupa com a possibilidade dessa alteração ter atingido as características essenciais. Assim, proteger a autenticidade de um documento implicaria na preservação da sua identidade e integridade.

MacNeil prossegue com uma exposição de três linhas de questionamento, que identifica após uma comparação da descrição arquivística e da crítica textual<sup>10</sup>: 1) a relação entre a descrição arquivística e a autenticidade, considerando as suas implicações no papel do arquivista; 2) a natureza dos instrumentos arquivísticos de referência, quando considerados como um texto sócio-histórico; 3) modelos para a descrição arquivística que podem emergir das duas primeiras linhas de investigação.

A primeira linha de questionamento apresentada por MacNeil passa por uma reflexão acerca do papel dos princípios arquivísticos da proveniência e respeito aos fundos, que comunicam a ordem original da documentação e a relação e histórico dos documentos e seu produtor, comunicando essas circunstâncias ao trabalho de descrição arquivística. Os registros de tais circunstâncias, por meio da descrição arquivística, segundo o argumento, irão carregar elementos que indicam a autenticidade da documentação descrita, numa espécie de comprovação de autenticidade herdada do efetivo atendimento aos princípios arquivísticos citados.

A descrição arquivística, então, se apresenta como um meio pelo qual o arquivista “presta contas”<sup>11</sup> aos usuários, explicitando como ele está resguardando a autenticidade da documentação<sup>12</sup> — considerando que o atual contexto da documentação também pode ser registrado. Essa prestação de contas permite ao arquivista relacionar sua imagem à confiança que se espera do responsável pela custódia do acervo. Há que se considerar que a preocupação pela autenticidade de um documento geralmente só é considerada crítica durante as fases corrente e intermediária da documentação, porém, é possível encontrar documentos considerados permanentes que ainda apresentam valor legal, como os registros de terras, fundamentais para emissão de certidões de posse e documentos que são insumos para comprovação de ascendência familiar.

Para a segunda linha de questionamento, MacNeil parte da consideração que instrumentos arquivísticos de referência não são ferramentas neutras e sim textos culturais, historicamente situados em um determinado tempo e espaço, envoltos por intencionalidades e ideologias que incluem, excluem, enfatizam e ignoram. Essa

---

<sup>10</sup> Para MacNeil (2005), assim como a crítica textual envolve consciência e decisões deliberadas acerca da representação de textos, a descrição arquivística envolve consciência e decisões deliberadas acerca da representação de documentos arquivísticos.

<sup>11</sup> O termo utilizado por MacNeil é *accountability*.

<sup>12</sup> Percepção que se estende a outras “prestações de contas”, como quando se esclarece acerca da situação física da documentação, indicando como a instituição e/ou o arquivista estão agindo com relação à preservação do acervo.

linha de questionamento poderia nos levar a repensar ou, pelo menos, ampliar o entendimento acerca da estabilidade do significado e representatividade de um determinado instrumento arquivístico de referência, produto da descrição arquivística, com o passar dos anos.

Na sua terceira linha, MacNeil percebe a possibilidade de surgimento de modelos para a descrição arquivística a partir de investigações realizadas nas duas linhas anteriores, especificamente quando um profundo grau de conhecimento for alcançado acerca do relacionamento entre os conceitos de representação, autenticidade e “prestação de contas” arquivística.

Quando conclui, o autor enfatiza dois temas que considera como centrais em seu artigo: a seletividade da representação arquivística e a impossibilidade de se alcançar a completude em um processo de representação. Assim, pondera ser fato que não se pode representar o acervo considerando a demanda do tempo presente, o que havia antes e ainda o que virá, apenas é possível ampliar, sempre limitadamente, a consciência que um usuário possui acerca de um acervo por meio das representações.

### 3.3 INSTRUMENTOS ARQUIVÍSTICOS DE REFERÊNCIA

Instrumentos arquivísticos de referência são os produtos do processo de descrição arquivística, sendo assim, o que foi dito até o momento sobre a descrição foi importante para uma definição do que existe e do que poderia vir acerca dos instrumentos de referência em instituições arquivísticas.

O trabalho de Bellotto (2004) apresenta as formas tradicionais dos instrumentos arquivísticos de referências:

- a) o “guia”, de acesso fácil para o grande público por ter linguagem abrangente e popular. Os guias são apresentados como o primeiro instrumento que deve ser consultado pelo pesquisador;
- b) o “inventário”, aquele que descreve conjuntos documentais ou parcelas do fundo, com descrições sumárias, permitindo um prévio conhecimento do conteúdo do documento, antes de se ter acesso a uma descrição mais detalhada;

- c) o “catálogo” é aquele instrumento que possui descrições de cada peça documental em uma ou mais séries, ou de uma parcela da documentação que tenha sido escolhida, respeitando ou não a ordem de classificação;
- d) “catálogo seletivo”, que traz uma "relação seletiva de documentos pertencentes a um ou mais fundos e no qual cada unidade de documental integrante de uma unidade de arquivamento é descrita minuciosamente" (MIGUÉIS apud BELLOTO, 2004, p. 212), ou seja, documentos são escolhidos dentre um ou mais conjuntos documentais para serem descritos;
- e) “índices”, que apontam nomes, lugares ou assuntos, estes organizados alfabeticamente e indicando notações de localização dos documentos correspondentes; e a
- f) “edição de fontes”, uma reprodução de documentos, possivelmente acompanhada de estudos de introdução e fontes paralelas.

Os procedimentos de construção dos instrumentos arquivísticos de referência mudaram com o passar do tempo, resultado da evolução que as disciplinas da arquivologia, de modo geral, perceberam. As representações que indicavam o escopo e conteúdo dos conjuntos documentais eram quase inexistentes, resumindo-se, quando eram citados, aos dados biográficos e/ou históricos e, na maioria das vezes, configurando-se em extensos inventários que apenas indicavam os conjuntos documentais, talvez os itens e apontando as localizações físicas no depósito (YAKEL, 2003).

Com o aumento da complexidade teórica da arquivologia e com o aporte que o surgimento da norma geral internacional de descrição arquivística, ISAD(G), os dados contextuais se tornaram cada vez mais entendidos como parte importante e necessária na criação da representação arquivística. Esse fato tem sua importância destacada quando consideramos a afirmação de Marcondes (2001) acerca da importância contextual para a interpretação e compreensão de mensagens.

Por certo, a inclusão do escopo e conteúdo nos instrumentos de referência, segundo Yakel (2003), demonstram duas tendências. A primeira é o aumento das descrições mais gerais, dos níveis mais abrangentes do arranjo, como o fundo, os

grupos<sup>13</sup> e as séries<sup>14</sup>. A segunda tendência é a diminuição da granularidade, ou seja, das descrições dos itens documentais. Assim, os instrumentos deixam de ser extremamente específicos, demandando mais recursos para a finalização do processo, para serem cada vez mais gerais e com maior disponibilidade descritiva das partes que compõem o todo.

Yakel (2003) desconhece os motivos que levam à tendência do aumento da representação contextual e diminuição da granularidade, a descrição item por item. É possível acreditar que a enorme e crescente quantidade de documentos com que os arquivos passaram a lidar nas últimas décadas tenha sido importante para a reconsideração das políticas de descrição, criando resultado semelhante com o que Schellenberg (1980, p. 207 apud BELLOTTO, 2004, p. 226) atribuiu para a falta de um programa descritivo adequado: "[...] arrisca-se o arquivista a dissipar as suas energias em projetos improdutivos."

Há que se recordar que os instrumentos de referência de conteúdo geral deveriam ser produtos mais comuns do processo de descrição arquivística, visto que autores como Schellenberg (1980 apud BELLOTTO, 2004) há muito já apontavam a descrição que partia do geral e caminhava para a específica como regra a ser observada. Bellotto (2004) não deixou de esclarecer que a descrição dos itens documentais não consegue revelar ao consulente o significado real do material analisado, sendo necessário conhecer a estrutura do órgão produtor do acervo, objetivo que é alcançado com a explicitação do contexto de produção, do arranjo e da ordenação da documentação em um nível descritivo mais abrangente.

### 3.4 WEB 2.0

Antes de iniciar o assunto da Nova Geração de Instrumentos Arquivísticos de Referência, é importante apresentar a Web 2.0, na qual estão identificadas as características da nova geração. Tais características não são unicamente tecnológicas, antes, se referem mais às possibilidades que agora estão sendo

---

<sup>13</sup> Se refere à estrutura administrativa do produtor, como o "Departamento Comercial".

<sup>14</sup> Se refere aos tipos documentais produzidos por uma série, como "Proposta Comercial".



disponibilizadas. Davis (2005) considera que a Web 2.0 é mais uma atitude do que uma tecnologia.

O termo Web 2.0 teria sido cunhado pelo co-fundador da O'Reilly Media Inc., Dale Dougherty e popularizado em 2004, quando ocorreu a primeira edição da conferência O'Reilly Media Web 2.0 (SAMOUELIAN, 2008).

Os tradicionais instrumentos arquivísticos de referência coexistiram em suportes materiais que condicionavam seus formatos, porém, com a possibilidade de serem desenvolvidos em um ambiente de rede, a internet, os seus limites foram expandidos. Não há razão para que os formatos conhecidos até então sejam apenas reproduzidos em tal ambiente, que carrega em si uma carga de *possibilidades*, cujo ponto central é a participação dos usuários. Esse ponto central é próprio da Web 2.0 e é citado por O'Reilly (2005) na sua definição em um artigo destinado ao entendimento dessa evolução da *web*:

Web 2.0 é a rede como plataforma, abrangendo todos os dispositivos conectados; aplicações Web 2.0 são aquelas que oferecem a maioria das vantagens intrínsecas à plataforma: disponibilização de software com serviço de atualização, que se aperfeiçoa quanto maior é o uso que se faz dele; consumo e interação de dados de múltiplas fontes, incluindo usuários individuais, que oferecem seus próprios dados e serviços de maneira a permitir re-integração por outros; criando efeitos de rede por meio de uma "arquitetura de participação"; indo além da metáfora de página da *web 1* ao oferecer ao usuário experiências mais ricas.<sup>15</sup> (O'REILLY, 2005, p. 1, tradução nossa).

A plataforma a que O'Reilly (2005) se refere na citação anterior é aquela que permite a criação e uso de aplicações. Várias gerações e tipos de plataformas tecnológicas foram desenvolvidos até então. A internet se apresentou como mais uma plataforma em rede, porém, baseada principalmente em protocolos e padrões abertos e com um alcance mundial. O alcance mundial criou um ambiente de interesse e convivência, utilizada em diversas ações econômicas, sociais e políticas por pessoas físicas e jurídicas.

Para Samouelian (2008), a segunda geração da *web* estaria marcada pela novidade que é dar ao usuário o poder de criar, interagir e compartilhar informações de uma forma que não era possível até alguns poucos anos atrás. Os *blogs*, *wikis*,

---

<sup>15</sup> Texto original: "Web 2.0 is the network as platform, spanning all connected devices; Web 2.0 applications are those that make the most of the intrinsic advantages of that platform: delivering software as a continually-updated service that gets better the more people use it, consuming and remixing data from multiple sources, including individual users, while providing their own data and services in a form that allows remixing by others, creating network effects through an "architecture of participation," and going beyond the page metaphor of Web 1.0 to deliver rich user experiences."

*podcasts*, *feeds* RSS, folksonomia e outros termos criados por conta das possibilidades da nova geração da Web 2.0 e das redes sociais como o Orkut e Facebook se relacionam com ambientes virtuais em que os usuários podem contribuir com conteúdos e não apenas consumi-los. A interação, ou participação dos usuários, teria como objeto os conteúdos e outros usuários.

Miller (2005) apresenta o que ele considera os princípios da Web 2.0, definidos a partir de uma análise da literatura considerada relevante para ele. Esses aspectos são: liberdade dos dados, considerando que os dados e conteúdos podem ser livremente expostos, descobertos e manipulados; possibilidade de criar o que chama de aplicações virtuais, que mesclam dados e funcionalidades de dois ou mais aplicativos diferentes, criando uma terceira aplicação; participação, considerando que antes o usuário apenas recuperava informação, agora ele pode participar inserindo ou alterando a condição inicial; o trabalho para o usuário, apresentando as informações relevantes para um usuário em detrimento de informações que beneficiem um determinado provedor de dados (como exemplo, Miller cita a recuperação das rotas aéreas de várias companhias, ordenadas pelo custo, ao invés da recuperação das rotas de apenas uma companhia aérea); modular, os desenvolvedores e usuários podem compartilhar componentes e códigos na construção de aplicativos que atendam a suas necessidades; compartilhamento de idéias e conteúdos; permite e facilita a comunicação entre os usuários; permite redefinir conteúdos, tornando o usuário também autor; possui inteligência artificial suficiente para auxiliar na resolução dos problemas dos usuários; é baseada e desenvolve-se em condições de confiança em vários níveis, relativa aos usuários, aos dados e seus usos e reusos.

A *web* se torna ainda mais aberta na medida em que seus aplicativos disponibilizam suas APIs (sigla em inglês para Interface de Programação de Aplicativos), permitindo que terceiros possam expandir, alterar ou limitar o funcionamento do aplicativo. Além disso, são mais sociais, garantindo-se o direito de utilização do aplicativo e sua base de dados em diferentes formas e objetivos, com a possibilidade de serem desenvolvidos com tecnologia que permite um nível de interoperabilidade até então inexistentes.

Catarino e Baptista (2007) verificaram que alguns autores consideram a Web 2.0 como uma evolução e não uma revolução, pois a *web* sempre possuiu espaços para criação de comunidades virtuais, como os serviços de *newsgroups*, que

funcionava antes mesmo da criação da *web*. Assim, torna-se possível pensar que não tenha sido a *web* que tenha mudado, mas sim as necessidades e desejos dos seus usuários, sendo a transformação da *web* uma consequência disso (BENAKOUCHE, 1999).

Davis (2005) e Catarino e Baptista (2007) comentam ainda acerca de outras características específicas da Web 2.0 que auxiliam no entendimento desta. Porém, salienta-se novamente que o essencial dessa segunda geração da *web* é a possibilidade da interação mais intensa dos usuários com os conteúdos, com as instituições e com os outros usuários.

Devido à variedade de possibilidades de uso da internet, é evidente que as instituições arquivísticas também se apropriem dela como ferramenta de divulgação institucional e de seus acervos. Esse é o ponto de convergência da Web 2.0 e as representações de acervos arquivísticos disponibilizados na *web* pelas instituições de custódia.

No final do ano 2000, o CONARQ, publicou as *Diretrizes Gerais Para a Construção de Websites de Instituições Arquivísticas*, com o objetivo de “[...] fornecer um referencial básico às instituições arquivísticas interessadas em criar ou redefinir seus *websites* [...]” (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2000, p. 2). Tais diretrizes não possuíam a Web 2.0 sob perspectiva, fato plenamente justificável considerando a data da publicação. Acredita-se que seja necessário um retorno ao tema, uma possível revisão da publicação, desta vez considerando o aspecto social que a segunda geração da *web* permite. Se antes os usuários apenas liam os conteúdos criados pela instituição arquivística, agora eles querem interagir com os conteúdos, os arquivistas, a instituição e com outros usuários.

O’Reilly (2005) aponta os *software* da Web 2.0 como uma nova geração destes, deste modo, parece adequado qualificar os instrumentos arquivísticos de referência que são desenvolvidos na mesma perspectiva da Web 2.0 como uma Nova Geração de Instrumentos Arquivísticos de Referência, termo que é utilizado por alguns autores cujos textos são utilizados como referência neste trabalho.

Considera-se o fenômeno Web 2.0 como uma demanda social no uso das novas tecnologias. Uma necessidade manifestada de interagir de forma facilitada com outras pessoas, com a própria tecnologia e com as representações de informação disponíveis no ciberespaço. Essa demanda social atinge as instituições

arquivísticas e as desafia a enfrentar as mudanças necessárias para a adequação a essas novas possibilidades suscitadas.

### 3.5 NOVA GERAÇÃO DE INSTRUMENTOS ARQUIVÍSTICOS DE REFERÊNCIA

Com a informatização das unidades de informação tradicionais, como os arquivos e bibliotecas, os profissionais procuraram novas práticas utilizando as novas ferramentas que se tornaram disponíveis. Novas experimentações foram sendo feitas, em um caminho até o momento atual, em que a proposta de nova geração de instrumentos de referência é apresentada.

Com a popularização da internet, as instituições arquivísticas tiveram a possibilidade de criar sua presença *online* e, de fato, diversas instituições de custódia passaram a anunciar a sua existência e apresentar os seus serviços por meio da *web*.

O processo de representação nos arquivos também foi beneficiado por esse novo aporte tecnológico. Soluções pré-existentes, como o MARC, foram experimentadas e avaliadas quanto à sua utilidade, gerando, inevitavelmente, um ciclo de desenvolvimento de soluções, que se tornavam cada vez mais específicas à natureza do acervo arquivístico. É interessante perceber que a adoção das tecnologias passou por um estágio inicial de escolhas e desenvolvimento de padrões. Do MARC ao EAD-DTD até a apropriação de padrões da *web*.

Frente à inadequação do MARC para codificação de informações produzidas por descrições arquivísticas multinível, os arquivistas buscaram soluções baseadas em tecnologias disponíveis e utilizadas na internet. Nesse contexto, foi desenvolvido o padrão EAD-DTD (HAWORTH, 2001), que em pouco tempo adotou a linguagem *Extended Markup Language* (XML), que é um padrão para diversas aplicações da *web*.

Um importante aspecto da adoção da EAD-DTD é o deste ser um padrão aberto e independente de *hardware* e *software* específicos. A dependência tecnológica do *hardware* e do *software* não permitiria que as informações descritivas fossem facilmente interligadas ou exploradas, dentro das possibilidades levantadas

pela face multimídia da internet, a *World Wide Web* (HAWORTH, 2001; ANDRADE, 2007).

Um exemplo do aproveitamento da EAD-DTD é a experiência Midosa-Online, da Alemanha, que avançou até versões de seu *software* que eram capazes de exportar os dados para o formato EAD-DTD ou outros formatos baseados em XML. Além disso, é interessante citar que o projeto ainda almejava permitir o controle de todas as atividades de cunho arquivístico na instituição, coletando e integrando as informações geradas nessas atividades e desenvolver métodos para converter o legado de instrumentos arquivísticos de referência analógicos por meio de *software* inteligentes, reconhecimento ótico de caracteres (OCR) e análise automática de *layouts* (BRUEBACH, 2003). A EAD-DTD se mostrou peça fundamental para a promoção de compatibilidade em uma estrutura complexa de tecnologia aplicada a arquivos.

Andrade (2007) identificou também a experiência *Archives Hub* (<http://www.archiveshub.ac.uk>), que criou um mecanismo de busca integrado para todos os instrumentos arquivísticos de referência dos acervos custodiados por instituições de ensino superior no Reino Unido, por meio da Web e utilizando o conjunto de metadados EAD-DTD. Essa experiência apresentou uma possibilidade de como aplicar o conceito de interoperabilidade para representações arquivísticas, materializando-a em um sistema de busca que conseguia acessar as representações codificadas em EAD-DTD.

O ponto é que muitas outras iniciativas semelhantes de uso das novas tecnologias de informação e comunicação foram criadas, e o fato de utilizarem ou buscarem ser compatíveis com a *web* confirmaria esse ambiente como o ambiente multimídia em rede definitivo ou pelo menos o correto a ser buscado nesse momento de avanços da sociedade no campo da informação. O desenvolvimento de uma nova geração de instrumentos arquivísticos de referência deveria então eclodir e avançar nessa direção.

Com a internet, especificamente o ambiente multimídia denominado *World Wide Web* ou apenas *web*, os arquivistas encontraram novas oportunidades para prover acesso remoto aos usuários dos seus serviços. Uma das oportunidades tornadas possíveis foi a disponibilização dos instrumentos arquivísticos de referência, tornando real o que antes poderia ser apenas um sonho: prover acesso fácil e rápido a qualquer pessoa no mundo (TIBBO e MEHO, 2001). Alcançando a

*web*, a EAD-DTD se (re)encontra com outras tecnologias-irmãs, baseadas em XML, além de outras tecnologias e “filosofias”, como a do acesso livre, que beneficia o usuário com o acesso franco às representações criadas pelas instituições arquivísticas.

Para Tibbo e Meho (2001), a *web* proporciona um ambiente com facilidades para o usuário interessado em consultar um instrumento arquivístico de referência. As facilidades mais comumente encontradas seriam os recursos de motores de busca, a familiaridade com a *web* que todo usuário de internet possui e a fácil apropriação das informações contidas nos instrumentos arquivísticos de referência.

Algumas possibilidades, tratadas como especulativas por MacNeil (2005), são plausíveis na *web*, o veículo ideal para que se transcender os limites artificiais impostos pela tradicional prática de descrição arquivística. Nesse ambiente, os instrumentos arquivísticos de referência são partes de uma rede complexa de *hiperlinks* e documentos interativos que relatam a história, avaliação, preservação, uso e interpretação de uma documentação através do tempo. Essa rede poderia prover aos usuários múltiplos caminhos que os permitissem explorar um determinado universo documental, além de possibilitar a criação de novos caminhos, pela incorporação de novas representações e entendimentos.

Enquanto ferramenta de apresentação, afirma MacNeil, os *hiperlinks* por si só já apresentam ao arquivista um novo conjunto de possibilidades e responsabilidades. Não basta relacionar os produtos da representação, há a responsabilidade em contextualizar essas relações e tornar a relevância dessas relações clara aos usuários.

Nesse âmbito, fica evidente que o arquivista fica cada vez mais distante do papel do profissional imortal e onisciente, pois, no ambiente *web*, o usuário se torna cada vez mais autônomo, acessando por conta própria mecanismos de busca e instrumentos de referência disponibilizados e cada vez mais ricos em conteúdos, conforme Schaffner (2009) ressalta. Essa mesma autora considera irônico que as ações de digitalização e disponibilização de representações de acervos na internet tornaram os acervos mais visíveis e os profissionais responsáveis cada vez menos visíveis, diferenciando da situação oposta e anterior, onde o papel do profissional era o de ser a porta de entrada do acervo.

Para Schaffner (2009), apesar de a literatura sugerir que parte da comunidade arquivística reconhece a importância de abraçar a Web 2.0 para atendimento aos

usuários, poucas são as evidências de que as instituições estão realmente se esforçando em alcançar objetivos nesse interesse. No Brasil, essa dicotomia entre o reconhecimento das vantagens e da necessidade em aproveitar essa nova faceta tecnológica e o aproveitamento efetivo das possibilidades possui especial importância, dadas as considerações do aumento de uso da internet pela população.

Em meio às possibilidades da Web 2.0, destacamos algumas ferramentas indicadas por Shaffner (2009) para proporcionar o engajamento de usuários na interação e compartilhamento de conteúdos, que seriam:

- a) os *blogs* – que poderiam habilitar a comunicação entre setores da instituição e usuários, com a disponibilização de informações, idéias, experiências e recomendações que podem receber comentários dos usuários; e
- b) as comunidades – que incluem *wikis* (como a Wikipédia) e redes sociais (como o Orkut, Facebook etc.). Dentro dessas plataformas indicadas (*blog* e *wiki*), são consideradas as ferramentas de atribuição de pontuação de relevância do conteúdo (*ranking*), indicação de conteúdo favorito (*bookmarking*) e inserção de comentários.

Sá (2005) já ponderou acerca dos serviços de informação arquivística na *web* centrados no usuário, cujas características se alinham às da nova geração de instrumentos arquivísticos de referência. O usuário como elemento central é uma característica de interesse para Sá. Ela considera importante “[...] que o usuário consiga se movimentar de um ponto ao outro na busca das informações desejadas deve ser um serviço facilitador e pensado no usuário e nas suas necessidades [...]” (SÁ, 2005, p. 109), observando a racionalização dos recursos e esforços desse usuário, abrindo canais de comunicação que possam permitir a identificação das necessidades e expectativas.

Em muitos casos há a possibilidade de ampliar a capacidade das plataformas já utilizadas, descartando a necessidade de substituição do instrumento de referência baseado na *web* utilizado para outro novo que já possua nativamente características da Web 2.0, bastando apenas adicionar opções de navegação social nas representações ou outros dispositivos de interação. Um exemplo disso é a consulta do arquivo nacional dos Estados Unidos da América (NARA), quanto ao interesse dos usuários em terem acesso a uma ferramenta de atribuição de palavras-chave, conhecidas na *web* como *tags*, no catálogo existente. Em 30 de

agosto de 2009, haviam 36 comentários relacionados a essa consulta do NARA, feitos pelos usuários e boa parte considerou ser essa uma boa idéia, alguns considerando que as *tags* deveriam ser verificadas pela instituição, para manter o controle da qualidade das contribuições dos usuários (NARATIONS, 2009).

Guy e Tonkin (2006) reconhecem na atribuição de *tags* pelos usuários um tipo de sistema distribuído de classificação de conteúdos denominado folksonomia. Nesse sistema, os usuários do instrumento de referência possuem permissão para indicar livremente as *tags* que julgarem apropriados para o conteúdo que estejam acessando. Os autores reconhecem que a folksonomia não é um substituto para sistemas formais de atribuição de pontos de acesso, porém, a folksonomia pode ser considerada uma forma de avaliar os pontos de acesso formais existentes, comparando com a visão dos usuários em relação à representação da documentação. As possibilidades são de tal monta que é possível dizer que uma nova geração de instrumentos de referência encontra terreno propício para emergir e é nessa perspectiva que uma proposta de nova geração é identificada e analisada.

Van Garderen (2006a; 2006b), em comunicações que apresentou em 2006, apontou a possibilidade de criação de novos tipos de instrumentos arquivísticos de referência, diferentes dos conhecidos tradicionalmente, por se desvencilharem de formatos e do suporte físico, além de compartilharem das características normalmente encontradas nos aplicativos identificados como sendo parte da *Web 2.0*. Essas características são alcançadas quando o instrumento é criado de acordo com regras que definem a boa usabilidade (*usability*) da interface, a adoção de padrões abertos (*openness*) e a possibilidade de criação de uma comunidade (*community*) em seu entorno.

Considera-se nesse trabalho que a comunidade existe quando há algum grau de interação entre os usuários e pressupondo que a interação entre os usuários tem como tema ou objeto principal a representação do acervo da instituição ao qual o instrumento de referência está ligado.

Em seguida, foi identificado na literatura um texto em que Yakel, Shaw e Reynolds (2007) contam sobre a criação, em 2005, de um grupo de pesquisa destinado a experimentar novas estruturas e funcionalidades para os tradicionais instrumentos arquivísticos de referência, como os guias, inventários e repertórios. Após anunciar a existência do grupo, os pesquisadores iniciam a descrição de uma experimentação que teve por objetivo criar um instrumento *online* que aproveita as



possibilidades da Web 2.0, incluindo as características apontadas por Van Garderen (2006a; 2006b) para a criação de um instrumento de referência da nova geração. Esse grupo de investigação desenvolveu então o *website* experimental da *Polar Bear Expedition Digital Collections* (<http://polarbears.si.umich.edu>).

O *website* do *Polar Bear Expedition Digital Collections* foi criado como um ambiente virtual que agregava funcionalidades de navegação social (*social navigation*), alcançada por meio do compartilhamento da série de comentários escritos pelos usuários sobre os conjuntos documentais representados; de filtragem da comunidade (*collaborative filtering*), uma forma de prever quais informações um usuário poderia querer, baseado em padrões de comportamento de acesso semelhante de usuários anteriores; de criação de marcadores (*bookmarking*), que permitia que usuários registrados salvassem a localização de informações descritivas de interesse, permitindo o rápido acesso em momento posterior; e de monitoramento da atenção dos visitantes (*visitors awareness*), que permitia saber quais informações estavam sendo acessadas por outros visitantes que estivessem acessando o sistema no mesmo momento (KRAUSE e YakeI, 2007).

Percebe-se então uma amostra do que seria um instrumento de referência da nova geração. Um ambiente baseado em tecnologias da *web* e com diversas possibilidades de interação, que permite o acesso às representações do acervo criadas principalmente pela própria instituição arquivística, mas com a possibilidade de participação do usuário na agregação de conteúdos descritivos.

Em um ambiente assim seria possível que um usuário que detivesse um conhecimento específico sobre determinado documento, como os descendentes de determinado personagem citado em documentos do acervo ou testemunhas oculares de determinado evento considerado histórico, pudesse contribuir e discutir interpretações do momento histórico.

Há que se ressaltar que conhecimentos contextuais tão específicos ficam longe da apreensão dos arquivistas, portanto, apenas dessa forma a coleta de descrições contextuais poderia ser efetuada.

O alcance possível de um ambiente colaborativo para o desenvolvimento compartilhado de instrumentos de referência não é muito claro, porém, não se pode desprezar o seu potencial, principalmente quando se leva em consideração os casos de ambientes virtuais onde o conteúdo foi construído de forma colaborativa, como é o caso da Wikipédia.

## 4 EXPOSIÇÃO DOS DADOS COLETADOS

A seguir serão expostos os dados coletados nas visitas aos *websites* dos arquivos públicos estaduais que possuíam presença na web e o *website* do Arquivo Nacional. Além disso, os questionários respondidos das instituições identificadas também tiveram os dados apresentados.

### 4.1 EXPOSIÇÃO DOS ELEMENTOS COLETADOS DOS *WEBSITES* DOS ARQUIVOS ESTADUAIS E NACIONAL DO BRASIL

A primeira etapa de coleta de dados consistiu em um levantamento, com etapas de busca, acesso, navegação, localização e caracterização das representações disponibilizadas pelos arquivos públicos estaduais e nacional do Brasil.

A busca foi realizada com o auxílio do mecanismo Google ([www.google.com.br](http://www.google.com.br)), um famoso sistema de busca de *websites*. A estratégia de busca consistiu principalmente na utilização das palavras “Arquivo”, “Público”, “Estadual” e variações relacionadas com o nome da unidade federativa, por exemplo, “Bahia” e “Estado da Bahia”. A URL do Arquivo Nacional ([www.arquivonacional.gov.br](http://www.arquivonacional.gov.br)) já era conhecida pelo pesquisador, que acessou o endereço diretamente.

A busca resultou em 8 (oito) URLs de instituições arquivísticas, sendo elas do Distrito Federal, dos estados do Espírito Santo, Mato Grosso, São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Minas Gerais e o Arquivo Nacional.

Para a navegação, foi utilizado o navegador *web* Mozilla Firefox versão 3.0.8, compatível com os padrões da *World Wide Web Consortium* ([www.w3c.com](http://www.w3c.com)) para construção de páginas *web*, sendo então adequado para essa etapa da coleta de dados. Com isso, foi possível localizar nas páginas navegadas o que interessava à pesquisa, sendo então caracterizadas na forma que são expostas a seguir, para efetuar posteriormente a análise de dados.

#### 4.1.1 Arquivo Público do Distrito Federal

A verificação do *website* do Distrito Federal ocorreu no dia 14 de abril de 2009, sendo que apenas uma página *web* apresentou representações arquivísticas, sendo exatamente a área acessada pelo *link* “Acervo”. Após uma breve apresentação geral do acervo da instituição, a página classifica o acervo em fundos públicos e fundos privados.

Os sete fundos arquivísticos custodiados possuem como título Companhia Urbanizadora da Nova Capital (NOVACAP); Secretaria de Comunicação Social (SCS); Secretaria de Segurança Pública (SSP); Fundação Cultural do Distrito Federal (FCDF); Gabinete do Governador (GABGOV); Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF); Administração Regional de Taguatinga (AdTG).

Os três fundos privados foram produzidos por Yvone Jean, Juca Chaves e Brasília Palace Hotel.

Cada um dos fundos possui uma ligação a uma página própria contendo alguns elementos descritivos como datas-limite, extensão, breve história administrativa/biografia e conteúdo do conjunto documental. Há também a lista de instrumentos de referência disponíveis e até mesmo algumas poucas imagens de peças do acervo.

#### 4.1.2 Arquivo Público do Espírito Santo

O Arquivo Público do Espírito Santo - APES teve o *website* visitado em 06 de setembro de 2008, onde algumas telas foram identificadas como sendo de áreas que continham representações dos documentos.

O *link* Acervo leva a páginas estáticas com informações acerca de fundos custodiados, divididos em três categorias:

- a) arquivos permanentes;
- b) arquivos intermediários;
- c) arquivos privados.

A primeira categoria possui 10 (dez) fundos listados, descritos com os campos datas-limite, forma de acesso, conteúdo, parcelas consideradas destaques de cada fundo. A segunda categoria apenas lista dois fundos considerados mais importantes, além das respectivas datas limite e exemplos de tipos documentais encontrados. A terceira categoria indica quatro fundos. Esses acervos pessoais possuem uma breve biografia de cada produtor e a forma de acesso ao acervo.

O [link Imigração](#) leva à área do Projeto Imigrantes, iniciado em 2005 com o objetivo de atender à demanda de consulentes que desejavam fazer pesquisas acerca de suas famílias. Afirma que todos os registros de entrada de imigrantes no Estado do Espírito Santo foram processados e se encontram disponíveis para busca por meio do aplicativo disponível *online*.

A página do projeto afirma que na medida em que acervos particulares (pessoais ou familiares) são fornecidos à instituição, estes são indexados e incorporados à base de dados. É dito que essa interação com os pesquisadores descendentes dos imigrantes “ampliou os horizontes do projeto” ao mesmo tempo em que permite que os descendentes também se tornem responsáveis pelo resgate e manutenção da memória de seus familiares. O projeto recebe cópias de documentos como certidões de nascimento, batismo, casamento e óbito, além de passaportes e fotografias, por meio dos canais de comunicação email e fax.

Cerca de 20 (vinte) consultas aleatórias foram realizadas na base de dados, na maioria buscando a família Sá e a família Silva, no entanto, nenhuma dessas consultas conseguiu recuperar conteúdos multimídia, apenas indicativos de navio e procedência.

O projeto possui um veículo que permite levar o acesso à base de dados às cidades do interior, geralmente em parceria com as prefeituras municipais.

Na rede social Orkut ([www.orkut.com](http://www.orkut.com)), o Projeto Imigrantes possui uma comunidade virtual, contando com 184 (cento e oitenta e quatro) membros no momento da coleta de dados. Os tópicos mais comentados pelos usuários são aqueles em que informam entre si de qual família fazem parte (vinte e sete participações) e um informe acerca de nomes de famílias que viajaram em um navio polonês denominado Pulaski, cuja lista de passageiros foi obtida no Arquivo Nacional (quatro participações). Outras participações são feitas, totalizando 29 (vinte e nove) tópicos. O “dono” (espécie de moderador) da comunidade no Orkut é o diretor técnico Cilmar Franceschetto, do Arquivo Público do Espírito Santo.

O projeto Imigrantes ainda conta com um fórum na *web* (<http://imigrantes.prohosts.org/index.php>), com salas virtuais para discussões acerca do projeto, das famílias, questões de dupla cidadania e outros. A sala virtual mais utilizada é a de dúvidas acerca da base de dados, com 37 (trinta e sete) mensagens enviadas. O oposto são as salas para questões acerca de dupla cidadania, sem nenhuma atividade.

No *link* [Recenseamento de 1920](#), é permitido o acesso à documentação com o resultado de um recenseamento realizado em 1920 no Estado. Os documentos foram digitalizados e disponibilizados em formato PDF. Links para outros censos, dos anos de 1872, 1890 e 1900, disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), são indicados pela página.

No *link* [Censos Capixabas](#), o projeto “Censos Populacionais do Século XIX no Espírito Santo” tem como objetivo divulgar, inicialmente a partir do *website* do APES na internet, fac-símiles e transcrições paleográficas de fontes documentais (mapas e/ou listas nominais de população, estatísticas, dentre outros) provenientes de diversos fundos do APEES sobre a população capixaba no século XIX. O mapa nominal da população do município de Aracruz no ano de 1843 (quando este ainda era distrito do extinto município de Nova Almeida e se chamava *Aldêa Velha*) é o piloto do projeto.

Outro *link* é o do [Catálogo de Documentos Manuscritos Avulsos da Capitania do Espírito Santo](#), que disponibiliza o referido catálogo, produzido em versão impressa no ano de 2000, por conta da comemoração dos 500 anos de descobrimento do Brasil e digitalizado para ser disponibilizado na *web*. O catálogo também é produto do Projeto Barão do Rio Branco, ou Projeto Resgate e, segundo o sumário escrito pelo diretor da instituição na época da publicação, o catálogo representa o esforço do primeiro estado brasileiro a editar as representações do seu acervo, contabilizado como sendo de 549 (quinhentos e quarenta e nove) conjuntos documentais, no total, 2.197 (dois mil cento e noventa e sete) fotogramas em sete rolos de microfilmes.

#### 4.1.3 Arquivo Público do Estado do Mato Grosso

A URL do Arquivo Público do Estado do Mato Grosso (<http://www.apmt.mt.gov.br/>) foi visitada em 17 de abril de 2009 e novamente em 19 de março de 2010.

Nos dois acessos realizados, a página inicial indicou a mensagem “Ambiente em Desenvolvimento” e havia um texto noticiando que os

“[...] manuscritos que compõem o acervo do período colonial, custodiados pela Superintendência de Arquivo Público subordinada a Secretaria de Estado de Administração (SAD), estarão disponíveis para consulta a partir do dia 21 de Setembro 2009.”(sic) (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MATO GROSSO, 2009)

Nada mais além de números telefônicos de contato e horário de atendimento ao público é disponibilizado no endereço.

#### 4.1.4 Arquivo Público do Estado de São Paulo

Em 15 de abril de 2009 o *website* do Arquivo Público do Estado de São Paulo foi visitado.

Iniciou-se a coleta de dados pelo *link* Acervo, que permite o uso de um aplicativo *web* que provê acesso a um banco de dados que compreende elementos descritivos de fundos públicos e privados sob custódia da instituição.

É possível efetuar a busca por meio dos campos Nome, Gênero, Data Inicial e Data Final, sendo que nenhum deles é obrigatório. Os resultados da busca ainda apresentam a extensão do acervo, os instrumentos de referência físicos disponíveis, o meio de acesso (se é possível ter acesso ao original) e Unidades de descrição relacionadas.

No *link* Catálogos on-line, a página indica quatro *links* que permitem o acesso a aplicativos *web* para consultas a bases de dados referentes aos Autos Crimes de São Paulo, aos Autos Crimes do Interior, ao Juízo dos Resíduos e Juízo dos Órgãos.

Acessando o *link* [Documentos on-line](#), são indicados *links* para galerias virtuais com imagens do Álbum da Escola Normal e Anexas (84 imagens) e Álbum da Repartição de Águas e Esgotos da cidade de São Paulo (60 imagens). Além disso, há links para um aplicativo *web* que permite o acesso a elementos descritivos e imagens das Cartas da Revolução de 1924 (432 cartas) e outro *link* para consultar nove títulos de revistas que tiveram exemplares digitalizados e disponibilizados.

Por último, a página disponibiliza um *link* para o acervo digitalizado do jornal Última Hora, periódico do Rio de Janeiro que circulou entre 1951 e 1971. Foram digitalizadas 36.000, páginas correspondentes a cinco meses do jornal. A ação foi feita para comemorar 200 anos da imprensa brasileira, em 2008.

#### 4.1.5 Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

O *website* do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro foi visitado em 17 de abril de 2009.

No menu [Acervo](#) e seus respectivos *links* [Temas](#), [Guia de Fundos](#) e [Documentação Textual](#), apresentaram-se ligações para descrições normalizadas no nível de fundo e apresentadas em páginas HTML estáticas.

No link [Documentação Especial](#), ainda do menu [Acervo](#), foi encontrada uma “Galeria Virtual”, cuja proposta é apresentar imagens digitais de documentação iconográfica do acervo. Dos sete itens de menu indicados, apenas dois funcionam: [Cartazes](#) e [Fotografias](#). Os que não estão ativados são [Flâmulas](#) e [Bandeiras](#), [Indumentária](#), [Mapas](#), [Medalhas e Condecorações](#) e [Numismática](#).

Tanto o link [Cartazes](#) quanto [Fotografias](#) apresentam uma imagem de documento por vez, além de uma série de dados estruturados acerca do documento, como autor, ano e dimensões para os cartazes e notação, data, local da imagem para as fotografias.

No menu [Apoio à pesquisa](#) há o *link* [Instrumentos de Pesquisa](#) que disponibiliza 8 (oito) instrumentos de referência, em formato PDF e que auxiliam no acesso e entendimento do acervo da instituição. Os instrumentos disponibilizados são: Catálogo de Panfletos Apreendidos pela Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS) - 1933 a 1944; Catálogo de Folhetos Apreendidos pela

Divisão de Polícia Política e Social (DPS) - 1944 a 1960; Catálogo de Periódicos Alternativos - 1948 a 1990 - 1º volume; Catálogo de Folhetos Apreendidos pelas Polícias Políticas - 1933 a 1983; Catálogo de Livros Apreendidos pelas Polícias Políticas - 1933 a 1983; História Administrativa Vol. I - Estado da Guanabara (1960-1975); História Administrativa Vol. II - Estado do Rio de Janeiro (1975-1999); e História Administrativa vol. III – Estudos de caso.

No menu Publicações, no *link* DVDs, uma das publicações originalmente disponibilizada em formato DVD também ganhou uma versão para acesso via internet, a publicação é denominada Registros Paroquiais de Terras. Aparentemente, a publicação é disponibilizada na íntegra, mas não foi possível utilizar a interface utilizando o navegador *web* Mozilla Firefox na versão 3.0.8.

#### **4.1.6 Arquivo Público do Estado do Paraná**

Em 14 de abril de 2009 o *website* do Arquivo Público do Paraná também recebeu uma visita para coleta de dados.

O primeiro *link* considerado foi o de Exposições, que apresenta oito links internos que levam às chamadas exposições virtuais, onde textos e imagens são disponibilizados. Os títulos dos *links* são: Depoimentos para a história; Os poloneses do Acervo Ruy Wachowicz; Cecília Maria Westphalen sua obra, sua herança; Dario Vellozo & sua época; Épocas distintas; 150 anos do Arquivo Público do Paraná; Registros Paranaenses da Abertura Política; Paraná, anos 50.

No menu Acervo, há o *link* Constituição do Acervo, que indica a extensão do acervo, avaliado em aproximadamente 3.000 metros lineares, somando o arquivo intermediário e o arquivo permanente, este último constituindo cerca de 15% do total. A maior parte do acervo da instituição foi produzida nos séculos XIX e XX e o documento mais antigo é o inventário de bens de Baltazar Carrasco dos Reis, de 1697.

A página destaca alguns conjuntos de documentos existentes no acervo, porém, apenas os Relatórios de Presidentes da Província (1854-1889) e Mensagens de Governo (1892-1930) possuem *links* para imagens digitais dos documentos, disponibilizadas para acesso em formato PDF.



Ainda nessa página, alguns instrumentos de referência estão disponíveis, sendo eles o “Guia de Fundos”, o “Cadastro de Registro de Imigrantes” e os “Índices de Pastas Temáticas da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS)”.

O Guia de Fundos disponibilizado é um aplicativo *web* que permite acessar descrições normalizadas conforme a ISAD(G). A página do aplicativo denominado Guia de Fundos informa que estão disponíveis as descrições de 37 (trinta e sete) fundos produzidos no âmbito público, quatro fundos privados e sete coleções. É possível ter acesso às descrições selecionando o fundo desejado de uma listagem ou fazendo uma busca por palavra-chave.

O Cadastro de Registro de Imigrantes é mais um aplicativo *web* disponível no *website*. Este permite acessar uma base de dados com 97.727 (noventa e sete mil setecentos e vinte e sete) registros de pessoas que desembarcaram no Porto de Paranaguá entre os anos de 1876 a 1879 e 1885 a 1896, conforme informado pelo próprio aplicativo. Para efetuar a busca, três campos não-obrigatórios podem ser preenchidos: Sobrenome, Ano e Nacionalidade. O resultado da busca informa o nome do passageiro, o ano, a nacionalidade, um campo chamado “livro” e outro campo “ordem”.

O aplicativo *web* para os Índices de Pastas Temáticas da DOPS não estava disponível para acesso no momento da coleta de dados. A página de erro informou que o link havia sido removido, alterado ou estava temporariamente indisponível.

A página Constituição do Acervo ainda indicava que as descrições disponíveis estavam sendo revistas com base no levantamento da História Administrativa do Paraná, uma publicação disponibilizada na íntegra no *website*.

#### **4.1.7 Arquivo Público Mineiro**

O *website* do Arquivo Público Mineiro teve dados coletados em 17 e 30 de abril de 2009.

O primeiro *link* considerado foi Imigrantes. Este possui um aplicativo *web* que permite pesquisar uma base de dados contendo registros de imigrantes que chegaram a Minas Gerais entre 1888 e 1901. Após escolher um dos registros

retornados pelo sistema de busca, é possível visualizar imagens digitais geradas a partir do documento original e elementos descritivos dos mesmos.

No *link* [Plataforma Hélio Gravatá](#), o conteúdo é destinado à sistematização de fontes relevantes para o estudo da história mineira. As buscas de teste realizadas apenas indicavam como passível de consulta a publicação Autos da Devassa da Inconfidência Mineira, publicada pela Imprensa Oficial de Belo Horizonte. As imagens digitais das páginas da publicação estão disponíveis.

No *link* [Coleção Casa dos Contos](#) permite-se o acesso a descrições de documentos administrativos produzidos entre os séculos XVIII e XIX, em Minas Gerais. É apresentado como um instrumento de referência do tipo inventário, sem imagens digitais.

O *link* [Secretaria de Governo da Capitania](#) consiste em um aplicativo *web* que permite acessar alguns elementos descritivos e imagens digitais de documentos produzidos e acumulados pela Secretaria de Governo da Capitania de Minas Gerais. Nem todos os documentos possuem imagens digitais correspondentes. O site informa que esses documentos são identificados como “Seção Colonial”.

No *link* [Acervo fotográfico](#) é permitida a busca e visualização de fotografias pertencentes ao acervo da instituição. Além de elementos descritivos e pontos de acesso, o sistema indica a “popularidade” de cada imagem, pela quantidade de visualizações que cada uma recebeu.

Outro *link* é o [Revista do Arquivo Público Mineiro](#), onde é possível realizar a busca e recuperação do conteúdo digitalizado do periódico Revista do Arquivo Público Mineiro, que existe a cerca de 100 (cem) anos, publicando artigos, ensaios, documentos e instrumentos de pesquisa.

No *link* [Jornais Mineiros](#) há a possibilidade de busca e acesso às imagens digitais de 49 (quarenta e nove) periódicos mineiros que circularam entre 1825 e 1900.

Em [Imagens em Movimento](#), é possível a busca e o acesso a trechos de filmes que compõem o acervo. Os filmes possuem imagens de cidades mineiras, de governantes de Minas Gerais, cine jornais, siderúrgicas e outras.

#### 4.1.8 Arquivo Nacional

O *website* do Arquivo Nacional funciona como um portal para diversos aplicativos *web* e *websites* de iniciativas cujo objetivo se relaciona com a representação da documentação sob a guarda da instituição.

Começou-se pelas Exposições Virtuais<sup>16</sup>, que expõe fotografias do acervo do Arquivo Nacional que datam do século XVI até o presente. Em todas as exposições, que são temáticas, há texto de abertura, ficha técnica, créditos, imagens e legendas explicativas, elaboradas a partir de pesquisa histórica, documental e iconográfica, segundo o próprio *website*.

As exposições virtuais disponíveis são Estampas do Rio; Drama e euforia – O Brasil nas Copas de 1950 a 1970; O mundo luso-brasileiro; Nação Brasília: 180 anos de Independência; Imagens da mulher brasileira; Japão, Brasil: centenário de um encontro; 50 anos de desenvolvimento nacional; Estado Novo: 1937 – 1945.

As exposições virtuais são bem construídas, utilizando apenas ferramentas simples de construção de *website*: linguagem HTML, imagens, *links* e *popups*.

Em seguida, foi visto O Arquivo Nacional e a História Luso-Brasileira<sup>17</sup>, cuja página de apresentação informa que o conteúdo integra um programa que é desenvolvido desde 1997 de preservação da história colonial e ibérica, relacionado com o Protocolo de Colaboração entre o Brasil e Portugal, cujo órgão executor é o CONARQ e a criação da Comissão Luso-Brasileira para Salvaguarda e Divulgação do Patrimônio Documental (COLUSO). A página ainda informa que as ações do referido programa permitiram o desenvolvimento de projetos de organização e descrição de acervos coloniais.

É possível acessar textos e comentários de diversos autores sobre temas diversos dentro do universo abordado, ementas, sugestões bibliográficas e algumas ilustrações. Ainda, possui *links* para artigos com temática compatível, publicados no periódico Acervo, que é editado pelo Arquivo Nacional.

Possui um aplicativo *web* denominado Roteiro de Fontes do Arquivo Nacional para a História Luso-Brasileira, onde é possível acessar conjuntos documentais de diversos fundos arquivísticos, recuperando os respectivos descritores onomásticos,

---

<sup>16</sup> <http://www.exposicoesvirtuais.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>

<sup>17</sup> <http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>

toponímicos e temáticos. A ferramenta permite ainda obter metadados de localização física da documentação, como o número da caixa onde se encontra guardado.

Avançando, encontrou-se o Centro de Informação de Acervos dos Presidentes da República<sup>18</sup>, cujo *website* possui aplicativos *web* de busca por acervo, pelos detentores da documentação e pelos presidentes que produziram os fundos de interesse desse centro de informação.

Os resultados da busca podem informar os dados biográficos do presidente buscado, a localização do(s) acervo(s) e ainda oferecer algum *download*, como uma imagem digital de um retrato ou mesmo um vídeo digitalizado de algum momento do produtor do respectivo fundo.

No *website* dedicado à base de dados do acervo da Família Ferrez<sup>19</sup>, é disponibilizado um aplicativo de busca e elementos descritivos, no nível de item documental, relativos ao acervo denominado Arquivo Família Ferrez. A documentação se refere aos seguintes membros da família: Claire Louise Poncy Ferrez; Firma Marc Ferrez; Júlio Ferrez; Luciano Ferrez; Mary Jessop Dodd Ferrez; e Marc Ferrez.

A área denominada Movimentação de Portugueses no Brasil (1808 – 1842)<sup>20</sup>, se refere a um projeto que surgiu em 1996, tendo como origem um convênio entre o Arquivo Nacional e o Instituto Luso-Brasileiro de História do Liceu Literário Português. Foi criada uma base informatizada com dados coletados nos códices do fundo Polícia da Corte, cuja documentação possui suas datas-limite entre 1808 e 1880.

A partir da base supracitada, o Arquivo Nacional empreendeu uma ação de aperfeiçoamento da base, de forma a possibilitar seu acesso por meio da internet. Com um novo mecanismo de busca, a base é referencial, permite a busca por aproximadamente 16 (dezesseis) metadados diferentes e possui cerca de 64.194 (sessenta e quatro mil, cento e noventa e quatro) registros.

Em Retratos Modernos<sup>21</sup>, é possível encontrar uma versão eletrônica e bilíngue (inglês e português) do livro publicado pelo Arquivo Nacional em 2005. Traz

---

<sup>18</sup> [http://www.an.arquivonacional.gov.br/crapp\\_site/default.asp](http://www.an.arquivonacional.gov.br/crapp_site/default.asp)

<sup>19</sup> <http://www.arquivonacional.gov.br/ferrez/>

<sup>20</sup> <http://www.an.arquivonacional.gov.br/baseluso>

<sup>21</sup> <http://www.arquivonacional.gov.br/retratosmodernos/index.html>

as fotografias mais antigas do acervo da instituição, produzidas por diversos fotógrafos de meados do século XIX aos primeiros anos do século XX.

As versões digitais das fotografias estão organizadas de acordo com os respectivos fotógrafos autores. O *website* ainda permite o acesso a textos complementares cuja temática está ligada à fotografia, porém, os textos não foram analisados.

No *link* [Acervo Judiciário do Arquivo Nacional](#)<sup>22</sup>, há uma base de dados elaborada a partir de um instrumento de referência do Arquivo Nacional acerca dos documentos judiciais provenientes de diversos órgãos do Poder Judiciário, onde se incluem processos de habilitação para casamento; processos pertencentes às Varas Cíveis, Varas Comerciais, Pretorias do Rio de Janeiro e Tribunais Superiores. Além disso, processos de antigas coleções formadas no Arquivo Nacional também estão incluídos, como: Escravos, Terras, Inventários e Titulares.

O texto de introdução da base de dados afirma que o acesso a esses registros permite maior e mais rápido acesso a informações valiosas para o entendimento da história do judiciário brasileiro.

Por fim, o *link* do [Sistema de Informações do Arquivo Nacional \(SIAN\): Memória da Administração Pública \(MAPA\) e o Multinível - Descrição Multinível](#)<sup>23</sup>.

Na parte de apresentação, o Arquivo Nacional afirma que o projeto MAPA - Memória da Administração Pública foi desenvolvido para atender às necessidades das áreas técnicas da instituição durante a identificação e organização dos conjuntos documentais sob guarda. É dito que a constatação da ausência de conhecimento pormenorizado e da escassez de estudos sobre a estrutura administrativa brasileira, desde o período colonial, resultou na transformação do projeto MAPA em um programa permanente de pesquisa, que resulta em uma base de dados com conteúdo referente à estrutura administrativa colonial, imperial e republicana do Brasil. A *web*, nesse caso, é considerada importante ferramenta de disseminação de conteúdos e de prestação de serviços ao cidadão.

Além do aplicativo *web* MAPA, há ainda o Multinível - Descrição Multinível, que permite a navegação na estrutura hierárquica dos fundos descritos e nas suas respectivas descrições. O Arquivo Nacional afirma que este aplicativo é destinado à exploração do acervo institucional em suas potencialidades.

---

<sup>22</sup> <http://www.an.arquivonacional.gov.br/Basedocjud/MenuDocJud/MenuDocJud.php>

<sup>23</sup> <http://www.arquivonacional.gov.br/sian/inicial.asp>

## 4.2 EXPOSIÇÃO DAS RESPOSTAS FORNECIDAS PELOS ARQUIVOS PÚBLICOS ESTADUAIS E ARQUIVO NACIONAL AO QUESTIONÁRIO ENVIADO

Como dito no capítulo de metodologia, o planejamento inicial da pesquisa previa a utilização da técnica de entrevista. O roteiro de entrevistas que foi utilizado nos testes foi incluído nesse trabalho para conhecimento, no Apêndice B.

O questionário (Apêndice A) foi produzido utilizando a tecnologia Google Docs (<http://www.docs.google.com>) e o *link* para acesso ao questionário foi enviado por email para endereços identificados nos *websites* das instituições arquivísticas.

Em alguns momentos a própria Direção da instituição tratou de responder o questionário, em outras, as respostas vieram de funcionário ligados às atividades de políticas de descrição arquivística e/ou execução da descrição.

Houve ainda um caso em que a assessoria de comunicação da instituição enviou por email o questionário afirmando que o mesmo estava respondido, porém, o documento apenas continha as perguntas. Apesar do envio de um email alertando sobre o ocorrido, nenhuma resposta foi obtida posteriormente.

Das oito instituições que foram submetidas à aplicação do questionário, quatro instituições responderam.

As respostas dadas aos questionários são transcritas a seguir tal como foram escritas por aqueles que responderam. Algumas questões dependiam da resposta da pergunta anterior para serem passíveis de resposta.

### 4.2.1 Arquivo Público do Distrito Federal

Pergunta: 1 - Quais projetos ou ações desta instituição visam melhorar o acesso ao acervo para os usuários?<sup>24</sup>

Programa de atendimento ao pesquisador

---

<sup>24</sup> As "Séries" indicadas são após "Produção de Banners" se referem a banners produzidos com a temática da série em questão, organizados por ano de produção e com a respectiva quantidade de unidades produzidas, conforme esclarecido por funcionário do Arquivo Público do Distrito Federal por telefone.

Programa de digitalização de negativos históricos

Elaboração e produção de banners para exposição:

Produção de Banners

2007

- Série Antecedentes – 14
- Série Construção – 35
- Série Inauguração – 11
- Série Personalidades – 15

2008

- Série Israel Pinheiro – 14
- Série JK – Biografia – 15
- Série Oscar Niemeyer – Biografia – 10

2009 (até agosto)

- Série Teatro Nacional Claudio Santoro – 10
- Série Planaltina - 10
- Série Aeroporto – 10
- Série Planaltina – 11
- 107 anos JK – 3
- Display JK, Sarah e Oscar - 4
- Série Personalidades – 22
- Banerões – Brasília fatos importantes – 11
- Bernardo Sayão – 50 anos de morte - 1

Total Geral – 196

Esse material também está na página da internet [www.arpdf.df.gov.br](http://www.arpdf.df.gov.br)

Pergunta: 2 - A instituição adota alguma dessas normas ou padrões no processo de descrição arquivística?

- Norma Brasileira de Descrição Arquivística – Nobrade
- Norma Internacional de Descrição Arquivística – ISAD(G)

Pergunta: 3 - Há infra-estrutura de acesso à internet no(s) setor(es) que realiza(m) as atividades de representação da informação (como a descrição arquivística e a digitalização do acervo)?

Sim.

Pergunta: 4 - A internet disponível nos setores é utilizada durante a produção ou melhoria dos instrumentos de pesquisa da instituição? Como?

[Não informado].

Pergunta: 5 - A instituição disponibiliza alguma representação de informação do acervo na internet? (tais como instrumentos de pesquisa, imagens digitais de documentos, transcrições etc.)

Sim.

Pergunta: 6 – Que tipos de representações de informação do acervo (instrumentos de pesquisa, imagens digitais de documentos, transcrições etc.) são disponibilizados na internet?

Sim.

Pergunta: 7 – Há alguma forma de um usuário dos instrumentos de pesquisa online sugerirem, pela internet, melhorias para as descrições arquivísticas disponibilizadas? Se houver, liste estas possibilidades oferecidas ao usuário.

Não.

Pergunta: 8 - Os usuários dispõem de canais de comunicação para o envio de elogios, sugestões ou críticas para a instituição?



Não.

Pergunta: 10 - A instituição planeja utilizar ainda este ano a abordagem da Web 2.0 na criação ou desenvolvimento de seus instrumentos de pesquisa digitais?

Não.

#### **4.2.2 Arquivo Público do Estado do Paraná**

Pergunta: 1 - Quais projetos ou ações desta instituição visam melhorar o acesso ao acervo para os usuários?

O DEAP tem focado sua atuação justamente privilegiando o acesso dos usuários dos seus serviços. O BNDES apóia o projeto "Conservação e processamento técnico da informação do Fundo Códices de Natureza Pública do Arquivo Público do Paraná", pré-selecionado para a segunda fase do processo de Seleção do Programa de Preservação de Acervos 2006/BNDES. Há ainda um esforço para o uso da NOBRADE na descrição dos fundos arquivísticos, com reflexos na publicação convencional e digital de catálogos seletivos, um deles inclusive, ganhador do prêmio Rodrigo Mello Franco de Andrade, do IPHAN, na categoria instrumento de pesquisa. O site também tem sido uma ferramenta importante de divulgação e acesso remoto. Neste momento estamos reformando o site para melhorar o relacionamento com o usuário.

Pergunta: 2 - A instituição adota alguma dessas normas ou padrões no processo de descrição arquivística?

- Norma Brasileira de Descrição Arquivística – Nobrade
- Norma Internacional de Descrição Arquivística – ISAD(G)

Pergunta: 3 - Há infra-estrutura de acesso à internet no(s) setor(es) que realiza(m) as atividades de representação da informação (como a descrição arquivística e a digitalização do acervo)?

Sim.

Pergunta: 4 - A internet disponível nos setores é utilizada durante a produção ou melhoria dos instrumentos de pesquisa da instituição? Como?

Sim. Na busca de elementos subsidiários à elaboração das planilhas, seja para o índice de assuntos ou tesauro, seja para pesquisa histórica com vistas à montagem da história administrativa, etc.

Pergunta: 5 - A instituição disponibiliza alguma representação de informação do acervo na internet? (tais como instrumentos de pesquisa, imagens digitais de documentos, transcrições etc.)

Sim.

Pergunta: 6 – Que tipos de representações de informação do acervo (instrumentos de pesquisa, imagens digitais de documentos, transcrições etc.) são disponibilizados na internet?

Guia de Fundos, Instrumentos de Pesquisa e Digitalização de documentos.

Pergunta: 7 – Há alguma forma de um usuário dos instrumentos de pesquisa online sugerirem, pela internet, melhorias para as descrições arquivísticas disponibilizadas? Se houver, liste estas possibilidades oferecidas ao usuário.

Hoje há um Fale Conosco, com atualização do site poderá ser incluído o twitter. Estamos avaliando esta possibilidade.

Pergunta: 8 - Os usuários dispõem de canais de comunicação para o envio de elogios, sugestões ou críticas para a instituição?

Sim.

Pergunta: 9 - Quais críticas, sugestões ou elogios relativos à facilidade de uso dos instrumentos de pesquisa (físicos e digitais, se existirem) os usuários costumam fazer?

Felizmente não temos recebido críticas. Os elogios tratam da diversidade de informações hoje no site que, diga-se, atendeu os requisitos da publicação "Construção de websites de arquivos", do CONARQ e da facilidade de localização das informações.

Pergunta: 10 - A instituição planeja utilizar ainda este ano a abordagem da Web 2.0 na criação ou desenvolvimento de seus instrumentos de pesquisa digitais?

Não.

#### **4.2.3 Arquivo Público do Estado de São Paulo**

Pergunta: 1 - Quais projetos ou ações desta instituição visam melhorar o acesso ao acervo para os usuários?

Em dezembro de 2009, publicamos um novo site institucional com mais de 180 mil imagens de documentos digitalizados, tanto documentação pública dos séculos XVIII e XIX como jornais e revistas de nosso acervo. A documentação é, em geral, disponibilizada por meio de bancos de dados. Temos em nosso planejamento de 2010 a inclusão mensal de novos conteúdos. Em fevereiro, mais 900 imagens relativas a listas de bordo de imigrantes foram disponibilizadas. Entramos com um projeto na FAPESP que, caso aprovado, resultará em 2 milhões de imagens de documentos de arquivo na internet.

Afora a política de acesso virtual, estamos investindo em acesso presencial, com a construção de um novo prédio que permitirá, em sua sala de consultas, o atendimento de 100 pessoas ao mesmo tempo, fora as salas de pesquisa em grupo.

Pergunta: 2 - A instituição adota alguma dessas normas ou padrões no processo de descrição arquivística?

A documentação é tratada arquivisticamente sob as normas da Nobrade.

Pergunta: 3 - Há infra-estrutura de acesso à internet no(s) setor(es) que realiza(m) as atividades de representação da informação (como a descrição arquivística e a digitalização do acervo)?

Se entendi a pergunta, respondo que nos setores que realizam a descrição arquivística e a digitalização do acervo há “acesso à internet”.

Pergunta: (Responder caso a questão 3 tenha sido “sim”) 4 - A internet disponível nos setores é utilizada durante a produção ou melhoria dos instrumentos de pesquisa da instituição? Como?

Sim. Como fonte complementar de informação ao conteúdo dos documentos.

Pergunta: 5 - A instituição disponibiliza alguma representação de informação do acervo na internet? (tais como instrumentos de pesquisa, imagens digitais de documentos, transcrições etc.)

Sim.

Pergunta: 6 – Que tipos de representações de informação do acervo (instrumentos de pesquisa, imagens digitais de documentos, transcrições etc.) são disponibilizados na internet?

Nosso site oferece o guia do acervo, 3 catálogos (dois de documentação pública e 1 de jornais) e diversos bancos de imagens, além, como já foi informado, de grande número de imagens de documentos digitalizados.

Pergunta: 7 – Há alguma forma de um usuário dos instrumentos de pesquisa online sugerirem, pela internet, melhorias para as descrições arquivísticas disponibilizadas? Se houver, liste estas possibilidades oferecidas ao usuário.

Qualquer sugestão pode ser enviada pelo e-mail faleconosco@arquivoestado.sp.gov.br.

Pergunta: 8 - Os usuários dispõem de canais de comunicação para o envio de elogios, sugestões ou críticas para a instituição?

O mesmo e-mail informado na pergunta anterior. Ou os e-mails específicos dos setores, cujo contato se encontra junto às páginas dos Centros ou no próprio Fale Conosco.

Pergunta: 9 - Quais críticas, sugestões ou elogios relativos à facilidade de uso dos instrumentos de pesquisa (físicos e digitais, se existirem) os usuários costumam fazer?

Sugestões de temáticas a serem abordadas nos sites temáticos; elogios relativos ao conteúdo. Não costumamos receber críticas ou sugestões sobre os instrumentos de pesquisa. Não que não haja o que criticar, mas não as recebemos e acabamos tendo que ser mais incisivos na auto-crítica.

Pergunta: 10 - A instituição planeja utilizar ainda este ano a abordagem da Web 2.0 na criação ou desenvolvimento de seus instrumentos de pesquisa digitais?

Não há previsão disso.

#### **4.2.4 Arquivo Nacional**

Pergunta: 1 - Quais projetos ou ações desta instituição visam melhorar o acesso ao acervo para os usuários?

O Arquivo Nacional vem crescendo no uso e aperfeiçoamento do Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN) que gerencia a descrição de todo o seu acervo e que, paulatinamente, incorpora a imagem digital dos documentos descritos. Outro projeto semelhante do ponto de vista técnico, mas que abrange documentos custodiados por outras instituições, é Memórias Reveladas, voltado para documentação relativa ao período do Regime Militar.

OBS. Quanto à última pergunta, sobre a Web 2.0, não disponho de informações.

Pergunta: 2 - A instituição adota alguma dessas normas ou padrões no processo de descrição arquivística?

- Norma Brasileira de Descrição Arquivística (Nobrade)
- Norma Internacional de Descrição Arquivística – ISAD(G)
- Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias - ISAAR(CPF)
- Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico (ISDIAH)

Pergunta: 3 - Há infra-estrutura de acesso à internet no(s) setor(es) que realiza(m) as atividades de representação da informação (como a descrição arquivística e a digitalização do acervo)?

Sim.

Pergunta: 4 - A internet disponível nos setores é utilizada durante a produção ou melhoria dos instrumentos de pesquisa da instituição? Como?

A internet tem grandes vantagens, principalmente na elaboração de históricos, recuperação de estruturas administrativas e legislação, identificação de parcelas de fundos dispersas em vários custodiadores e estabelecimento da forma autorizada do nome.

Pergunta: 5 - A instituição disponibiliza alguma representação de informação do acervo na internet? (tais como instrumentos de pesquisa, imagens digitais de documentos, transcrições etc.)

Sim.

Pergunta: 6 – Que tipos de representações de informação do acervo (instrumentos de pesquisa, imagens digitais de documentos, transcrições etc.) são disponibilizados na internet?

Instrumentos de pesquisa, imagens digitais e transcrições.

Pergunta: 7 – Há alguma forma de um usuário dos instrumentos de pesquisa online sugerirem, pela internet, melhorias para as descrições arquivísticas disponibilizadas? Se houver, liste estas possibilidades oferecidas ao usuário.

Usuários podem escrever para a Ouvidoria do AN, para sugerir ou solicitar ações em qualquer atividade do AN.

Pergunta: 8 - Os usuários dispõem de canais de comunicação para o envio de elogios, sugestões ou críticas para a instituição?

Sim.

Pergunta: 9 - Quais críticas, sugestões ou elogios relativos à facilidade de uso dos instrumentos de pesquisa (físicos e digitais, se existirem) os usuários costumam fazer?

Não sou a pessoa a quem tais observações são sugeridas, portanto não sei qual seria o teor delas.

Pergunta: 10 - A instituição planeja utilizar ainda este ano a abordagem da Web 2.0 na criação ou desenvolvimento de seus instrumentos de pesquisa digitais?

Não.



## 5 ANÁLISE DOS DADOS

Expostos os dados coletados, segue-se a análise de acordo com a interpretação do pesquisador, apoiada sobre a literatura levada em questão e na tentativa de resposta ao problema de pesquisa dessa investigação.

Considerado um total de 26 (vinte e seis) arquivos estaduais no Brasil apontados na página de *links* do *website* do Arquivo Nacional<sup>25</sup>, apenas oito possuíam *website* ativo. Desses, quatro responderam ao questionário e afirmaram positivamente sobre a presença de computadores com acesso à internet nos setores ligados aos processos de representação do acervo, o que indica uma infra-estrutura mínima para lidar com a *web*.

Porém, apesar do acesso, pouquíssimo uso de possibilidades colaborativas e de comunidade foram identificadas no âmbito dessas instituições, o que pode ser resultado não da falta de infra-estrutura, mas de entendimento das possibilidades e competências para aproveitá-las. Indício disso é uma ocorrência da expressa preocupação em demonstrar que uma publicação cuja temática é a construção de *websites* das instituições ter sido totalmente levada em consideração por um dos arquivos estaduais. Assim, caso houvesse indicações de uso da Web 2.0 por instituições de custódia, em alguma publicação do campo de conhecimento da ciência da informação ou arquivologia, o corpo técnico das instituições arquivísticas possivelmente teria se conscientizado para o potencial das comunidades e iniciado com mais vigor outras tentativas de aproveitamento nesse sentido.

Nas sessões de análise dos dados a seguir procurou-se vislumbrar as distâncias ou proximidades da Web 2.0 que essas instituições possuem.

### 5.1 DOS ARQUIVOS ESTADUAIS

Como considerado na hipótese os arquivos públicos estaduais não mostraram muitos indícios de uso ou perspectiva de adoção das possibilidades da *web* social em seus instrumentos de referência *online*. O que há são iniciativas de criação de

---

<sup>25</sup> <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inoid=177&sid=65>

aplicativos *web* destinadas à recuperação de dados em bases criadas e migradas ao longo de muito tempo ou em construção recente, além de alguns indicativos de adoção de um ou outro serviço existente na *web* que, estes sim, possuem alguma interface com o que a Web 2.0 suscita em termos de sociabilidade virtual.

Os serviços de terceiros pertencentes ao mundo da Web 2.0 que foram identificados como sendo de uso ou em consideração para uso pelas instituições de custódia foram a rede social Orkut ([www.orkut.com](http://www.orkut.com)), um fórum de debates e o sistema de *microblog* Twitter ([www.twitter.com](http://www.twitter.com)).

A rede social Orkut é utilizada pelo Arquivo Público do Espírito Santo no âmbito do Projeto Imigrantes e a comunidade temática criada dentro dessa rede social possuía 184 (cento e oitenta e quatro) membros na época da coleta de dados e 276 (duzentos e setenta e seis) quando da escrita desse parágrafo, em 2 de abril de 2010. Nessa comunidade foi possível perceber que representações arquivísticas possuem o potencial de reunir em torno de si interessados. Nesse caso, a principal motivação para a participação na comunidade foi a busca por novos dados acerca da própria família e o compartilhamento de dados que cada um possuía para os outros participantes, considerando que parte dos ascendentes familiares tratados pela documentação discutida havia desembarcado no Brasil por volta do mesmo período, a exemplo do ocorrido no tópico que fazia um informe acerca de nomes de famílias que chegaram ao Brasil pelo navio polonês Pulaski e que contou com quatro participações.

Um fórum virtual de debates também foi criado e mantido em funcionamento no âmbito das páginas *web* do *Projeto Imigrantes*. As salas virtuais desse fórum tratavam de temas relativos ao próprio projeto, das famílias que estavam registradas nos documentos, acerca de questões de dupla cidadania e outros. As salas mais utilizadas se referiam a dúvidas acerca do uso da base de dados do *Projeto Imigrantes* e o oposto, as salas menos utilizadas, eram as de questões acerca das possibilidades de obtenção da dupla cidadania pelos usuários, que não tinha nenhuma participação.

É interessante notar que, na comunidade do Orkut, o tópico onde os usuários informavam entre si acerca das famílias que eram descendentes possuía 84 (oitenta e quatro) participações, enquanto em salas virtuais com semelhante temática no fórum do *website* do *Projeto Imigrantes* não havia participação alguma. As redes sociais se tornaram muito utilizadas no Brasil e nesse caso é possível perceber o

sucesso de uma comunidade numa rede social popular frente a um ambiente parecido na própria página *web* da instituição de custódia.

Na página *web* do *Projeto Imigrantes* há uma afirmação de que a interação com os pesquisadores descendentes dos imigrantes “ampliou os horizontes do projeto”, o que mais uma vez reforça que a captação da energia e conhecimento dos usuários é um importante recurso para a criação e melhoria de dados descritivos dos acervos.

Outro serviço *web* destinado à socialização de usuários e que foi citado foi o sistema de *microblog* Twitter, que funciona como um *blog* onde o usuário pode escrever o que quiser, desde pensamentos e comentários que tenha até o compartilhamento de *links* que julgue interessantes, mas as mensagens possuem uma limitação característica dos *microblogs*: permite apenas 180 (cento e oitenta) caracteres por mensagem.

A função que permite aos usuários do Twitter seguirem outros usuários e também serem seguidos, criando uma rede de contatos onde os seguidores tomam conhecimento das mensagens daqueles a quem seguem, está se tornando uma ação comum nas empresas e instituições que adotam o Twitter como meio para manter relacionamento direto e dinâmico com seu público.

O Arquivo Público do Paraná citou que estava cogitando adotar o Twitter na instituição, o que levaria essa instituição a iniciar o uso de uma ferramenta que atende aos requisitos da Web 2.0. Essa ferramenta estaria, ao lado do Fale Conosco do *website*, entre as formas dos usuários entrarem em contato com a instituição, inclusive para sugerir melhorias para as representações disponibilizadas no *website*.

Um fato interessante com relação ao Arquivo Público do Paraná é que este afirmou em determinado momento o fato do *website* atender a todos os requisitos da publicação “*Diretrizes Gerais para a Construção de Websites de Instituições Arquivísticas*” do CONARQ, o que reforça a necessidade de revisão desta publicação para incluir as possibilidades da Web 2.0 e dessa forma auxiliar as instituições a avançarem a um novo patamar de uso da internet.

Apesar dos casos isolados de uso de Orkut, fórum e Twitter, nenhum dos arquivos públicos estaduais afirmou que pretendia utilizar a abordagem da Web 2.0 na criação ou desenvolvimento de seus instrumentos de referência em ambiente *web*. Isso que faz crer que os usos feitos da rede social, do ambiente de fórum e do *microblog* foram estimulados por força da utilidade das ferramentas, assim,

potencialmente, a perspectiva de criar um instrumento de referência da nova geração, em que as possibilidades ou ferramentas existentes da Web 2.0 se mesclariam às representações disponibilizadas, ainda não existiria de forma consciente e objetiva no corpo técnico dessas instituições.

Há que se considerar que apenas metade dos arquivos públicos estaduais do país possui um endereço *web* próprio e, desse total, nem todos disponibilizavam representações dos seus acervos.

Dos arquivos estaduais que possuem endereço *web* próprio e disponibilizam alguma representação do seu acervo, há que se observar que as estratégias de disponibilização das representações estão concentrados em três linhas de ação:

- a) migração de antigas bases de dados eletrônicas e instrumentos de referência originalmente criados em suporte físico para tecnologia *web*;
- b) digitalização e disponibilização dos objetos digitais gerados a partir de parcelas de seus acervos; e
- c) criação de novas bases de dados diretamente com tecnologia *web*.

Interessante notar que já existe pelo menos uma iniciativa para migrar acervos audiovisuais analógicos para o meio digital, como o projeto “*Imagens em Movimento*” do Arquivo Público Mineiro. Isso indica o uso de equipamentos cada vez mais sofisticados, independente do acesso ser viabilizado por vias próprias ou terceirizadas, apontando para um crescente uso de tecnologias nessas instituições.

O uso das normas se concentra na aplicação da Nobrade, que seria a principal normativa para a atividade de descrição arquivística nas instituições. A ISAAR(CPF) também apresenta sua importância, de acordo com as instituições.

Apesar da exceção das experiências do Arquivo Estadual do Espírito Santo, os arquivos estaduais não têm intenções de apreender nenhuma vertente da Web 2.0 em suas atividades de representação do acervo de forma consciente e institucionalizada.

## 5.2 DO ARQUIVO NACIONAL

O Arquivo Nacional desempenha um importante papel referencial no país, ocasionado pela sua estrutura, seus profissionais e ações desenvolvidas em conjunto com o CONARQ na normatização e regulamentação de procedimentos arquivísticos. Além disso, é uma instituição que ocupa um posto de destaque no SINAR, exercendo sua influência nos arquivos estaduais e municipais do Brasil.

Apesar do porte, o Arquivo Nacional está ainda em um nível semelhante aos arquivos estaduais pesquisados. Suas ações se concentram na criação de bases de dados referenciais, algumas vezes contendo objetos digitais gerados a partir do acervo, como imagens digitais. Todavia, reconhece-se que a criação dessas bases por si só representa um empreendimento grande de energia por parte da instituição.

Os usuários do Arquivo Nacional possuem o canal de comunicação proporcionado pela ouvidoria do órgão. Por meio da ouvidoria seria possível sugerir, criticar ou contribuir com as representações existentes.

Do Arquivo Nacional seria esperada a ocorrência de uma ação pioneira no que tange às experimentações com as possibilidades da Web 2.0. Pelo menos na forma de divulgação das possibilidades, talvez por meio de uma segunda edição da publicação *“Diretrizes Gerais para a Construção de Websites de Instituições Arquivísticas”*, que já possui 10 (dez) anos desde sua primeira edição e que na verdade é uma publicação do CONARQ, porém, o funcionamento do Conselho está bastante atrelado à infra-estrutura do Arquivo Nacional.

No uso de padrões e normas para a representação do acervo, o Arquivo Nacional é a instituição que utiliza a maior variedade de normativas. Reflexo da proximidade com o CONARQ e suas câmaras técnicas que discutem, elaboram e sancionam as normativas brasileiras.

Assim como os arquivos estaduais, o Arquivo Nacional não expressa intenções de apreender nenhuma vertente da Web 2.0 em suas atividades de representação do acervo.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando essa pesquisa foi iniciada, duas premissas foram levadas em consideração. São elas:

- a) os arquivos públicos brasileiros possuem limitações crônicas ligadas à escassez de recursos para a realização de suas ações; e
- b) o uso intensivo da internet ainda não é, de fato, crítico para o funcionamento dos serviços de representação da informação e de referência nas instituições.

A primeira premissa foi corroborada. Menos da metade dos arquivos públicos do Brasil possuem *website*, o que reflete uma incapacidade em conseguir e combinar elementos humanos, técnicos e tecnológicos necessários para a construção de uma presença na *web*, o que é, de fato, um problema ainda crônico e comum das instituições de custódia no Brasil. Além disso, das instituições pesquisadas, o uso da internet para a participação dos usuários na melhoria das representações disponibilizadas na *web* é limitada a canais tradicionais ou à feliz exceção da comunidade na rede social Orkut sob responsabilidade de um técnico do Arquivo Estadual do Espírito Santo, onde um ambiente fértil para uma ação de colaboração entre usuários e a entidade é mantido.

A segunda premissa se mostrou difícil de lidar nesse momento conclusivo da pesquisa. O chamado “uso intensivo” se apresenta nesse momento como abrangente demais para a especificidade do problema de pesquisa. Porém, será tomado como sendo “uso intensivo” o uso da internet em um modo avançado, não como mera fonte de informação, mas como ambiente informacional, onde o usuário age em torno dos conteúdos e interage com eles. Além disso, utiliza esse mesmo ambiente como espaço de interação com outros usuários. Nesse aspecto, a premissa é corroborada, sob os argumentos que se seguem.

O primeiro argumento é que se a maioria das instituições públicas de custódia no Brasil não possui sequer presença na *web*, então, de fato, a internet não é essencial para o funcionamento dos serviços de representação da informação e de referência nas instituições, considerando que mesmo uma das instituições que, apesar de possuir endereço *web*, não havia disponibilizado representação alguma

na internet, mas indicava que iria dispor em breve os seus “manuscritos do período colonial”. Ou seja, tais representações estavam sendo criadas alheias ao aproveitamento ou não da internet. Além disso, apesar da dificuldade em adotar a internet, as instituições que investiram na descrição arquivística ao longo das décadas o fizeram sem a presença da rede mundial de computadores.

O segundo argumento é o de que as instituições que possuem acesso à internet ainda a utilizam em sua função básica, a que ela se prestava antes mesmo do advento da *web* social. A internet é utilizada como uma ferramenta de fonte de informação e meio de comunicação entre dois sujeitos, como no caso do recurso conhecido como Fale Conosco. O uso intensivo da internet, considerado como sendo a utilização das novas possibilidades de interação da *web*, onde diversos indivíduos interagem entre si e com o conteúdo, ainda se encontra longe de ser generalizado.

Com tudo isso, retornando para o problema de pesquisa e sua provável resolução, os dados coletados apontam para uma resposta, a de que as instituições arquivísticas públicas brasileiras ainda não tencionam aproveitar as possibilidades da Web 2.0 em seus instrumentos de referência. Boa parte das instituições arquivísticas sequer se moveu em direção à internet e aquelas que já o fizeram ainda estão numa fase de adaptação ao novo recurso ou então consideram como ação plena e ideal apenas a disponibilização estática, sem participação ativa, de objetos digitais criados a partir do acervo ou de representações produzidas na forma de bases de dados, com seus sistemas de recuperação. Conclui-se então que a hipótese da pesquisa, que está ligada às premissas, se confirma.

Os objetivos iniciais da pesquisa foram alcançados, considerando que aspectos relacionados com as ações, barreiras e tendências foram identificados nos dados empíricos.

A disponibilização de representações do acervo ainda se dá por meio da migração do que há, da criação de novas bases de dados e da digitalização e disponibilização dos objetos digitais produzidos a partir de seus acervos. A tendência de uso das novas possibilidades da *web* ainda reside na criação de canais de comunicação para assuntos genéricos com os usuários que, todavia, poderia ser utilizado para a participação na criação e edição de representações do acervo. Contudo, canais exclusivos e dedicados à recepção de contribuições dos usuários na criação e manutenção das representações poderiam ser ideais, pois canais

genéricos podem ter um efeito de não estimular os usuários para essa nova possibilidade, limitando-os às formas tradicionais de contribuição onde o contato direto com o conteúdo não existe.

Reforça-se que a criação de alguma publicação acerca das possibilidades da *web* social que possua a chancela do CONARQ e da instituição principal do SINAR, o Arquivo Nacional, poderia influenciar beneficemente a forma como as instituições arquivísticas públicas estão considerando a internet como ambiente de ação. Isso poderia ajudar a ação dos arquivos públicos que já se lançaram ao objetivo de se fazerem presentes na internet e encorajar as outras a começarem a considerar a *web* como uma nova forma de atender à função social da instituição de prover acesso aos conteúdos culturais que detêm. A revisão da já citada publicação de construção de *websites* poderia ser um caminho interessante.

Há que se lembrar que, da mesma forma como o Arquivo Nacional exerce alguma influência técnica e operacional sobre os arquivos estaduais, estes, por sua vez, influenciam os arquivos municipais de suas unidades federativas. Assim, as conclusões obtidas também podem ser consideradas para o âmbito dos arquivos municipais.

O surgimento de uma nova geração de instrumentos arquivísticos de referência no Brasil, primeiro, depende da generalização do acesso e uso da internet nas instituições. Após isso, é necessário que sejam criados e disponibilizados recursos ou instrumentos, como guias, sistemas de gestão de documentos pré-configurados ou mesmo aplicativos específicos para que os arquivos públicos possam criar suas presenças na *web* devem ser providenciadas, viabilizadas talvez pelo próprio CONARQ. A partir disso, o corpo técnico das instituições precisa ser treinado ou então ter acesso a conteúdos que os ajudem a entender a Web 2.0 e suas possibilidades no âmbito dos arquivos públicos. Com isso, faltariam apenas mais alguns passos para que as instituições pudessem ser capazes de criar suas comunidades de colaboração e interação em torno das representações dos acervos.

Há uma oportunidade para que uma nova geração de instrumentos de referência possa surgir contando com o interesse da multidão que interage na *web* em busca de conteúdos relevantes. O Estado, por meio desses equipamentos que são os arquivos públicos, pode aproveitar ferramentas interativas para impulsionar o acesso em massa dos cidadãos com o seu próprio passado, fomentando com isso a construção do futuro em cada um desses indivíduos. Além disso, com



representações na *web* e aliando-se as características da Web 2.0, é possível pensar em um futuro onde as fontes de conteúdos produzidas por instituições diversas e não necessariamente ditas arquivísticas possam ser mescladas, criando serviços virtuais realmente inovadores para a sociedade, escapando das paredes das tradicionais instituições e serviços arquivísticos os conteúdos tão bem guardados pelas instituições de custódia.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Ricardo Sodré; SILVA, Rubens Ribeiro Gonçalves da. Aspectos teóricos e históricos da descrição arquivística e uma proposta de nova geração de instrumentos arquivísticos de referência. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA EM INFORMAÇÃO, 8., 2008, Salvador. **Anais...** Salvador: Instituto de Ciência da Informação, 2008. Disponível em: <<http://ricardo.arquivista.net/producao/>>. Acesso em: 15 nov. 2008.

ANDRADE, Ricardo Sodré. Aspectos introdutórios da representação de informação arquivística: a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (Nobrade), a Descrição Arquivística Codificada (EAD-DTD) e o projeto Archives Hub. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 1, n. 2, 2007.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MATO GROSSO. Website do Arquivo Público do Estado do Mato Grosso. Disponível em: <<http://www.apmt.mt.gov.br>>. Acesso em: 17 abr. 2009.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES. **Manual dos arquivistas holandeses**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973.

BELLOTTO, Heloísa L. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 2. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

BENAKOUCHE, Tâmara. Tecnologia é sociedade: contra a noção de impacto tecnológico. **Cadernos de Pesquisa da PPGSP/UFSC**, Florianópolis, n. 17, 1999. Disponível em: <[http://www.faced.ufba.br/~menandro/textos/texto\\_tamara.pdf](http://www.faced.ufba.br/~menandro/textos/texto_tamara.pdf)>. Acesso em: 5 maio 2008.

BRUEBACH, Nils. Archival Science in Germany. **Archival Science**, Holanda, v. 3, n. 4, p. 379-399, 2003.

BROOKS, Terrence A. Web search: how the Web has changed information retrieval. **Information Research**, Suécia, v. 8, n. 3, 2003. Disponível em: <<http://informationr.net/ir/8-3/paper154.html>>. Acesso em: 08 maio 2008.

CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 3., 2008, Goiânia. **Anais...** Goiânia: AAB, 2008.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **Diretrizes gerais para a construção de websites de instituições arquivísticas**. Rio de Janeiro: Conarq, 2000. Disponível em: <<http://www.portalan.arquivonacional.gov.br/Media/conarqwebsites.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2008.

CATARINO, Maria Elisabete; BAPTISTA, Ana Alice. Folksonomia: um novo conceito para a organização dos recursos digitais na Web. **DatagramaZero**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, 2007. Disponível em: <[http://www.datagramazero.org.br/jun07/Art\\_04.htm](http://www.datagramazero.org.br/jun07/Art_04.htm)>. Acesso em: 19 abr. 2008.

DAVIS, Ian. **Talis, Web 2.0 and All That**. 2005. Disponível em: <<http://iandavis.com/blog/2005/07/talis-web-20-and-all-that>>. Acesso em: 19 abr. 2008.

DURANTI, Luciana. Origin and development of the concept of archival description. **Archivaria**, 35, p. 47 – 54, 1993. Disponível em: <<http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/viewFile/11884/12837>>. Acesso em: 05 abril 2008.

FONSECA, Maria Odila. **Arquivologia e ciência da informação**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

GONZÁLEZ DE GOMEZ, Maria Nélide; GRACIOSO, Luciana de Souza. Ciência da Informação, Pragmatismo e Virtualidade. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. 7. 2006, Marília. **Anais...** Marília: Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UNESP,, 2006.

GUY, Marieke; TONKIN, Emma. **Folksonomy**: tidyng up tags? D-LIB Magazine, EUA, v. 12, n. 1, 2006. Disponível em: <<http://www.dlib.org/dlib/january06/guy/01guy.html>>. Acesso em: 30 ago. 2009.

HAGEN, Acácia Maria Maduro. Algumas considerações a partir do processo de normalização da descrição arquivística. **Ci.Inf.**, Brasília, DF, v. 27, n. 3, 1998. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/312/278>>. Acesso em: 02 abr 2008.

HAWORTH, Kent M. Archival description: content and context: in search of structure. In: PITTI, Daniel V.; DUFF, Wendy M. (Orgs.). **Encoded Archival Description on the Internet**. New York: The Haworth Information Press, 2001.

HOSTETTER, Christina J. Online Finding Aids: Are they practical?. **Journal of Archival Organization**, Inglaterra, v. 2, n. 1, 2004.

KRAUSE, Magia Ghetu. YAKEL, Elizabeth. Interaction in Virtual Archives: The Pollar Bear Expedition Digital Collections Next Generation Finding Aids. In: **American Archivists**, EUA, vol. 70, 2007.

LALANDE, André. **Dicionário técnico e crítico da filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

LEÃO, Flávia Carneiro. **A representação da informação arquivística permanente: a normalização descritiva e a ISAD(G)**. São Paulo: ECA/USP, 2006. Originalmente apresentado como dissertação de mestrado, Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, 2006.

MACNEIL, Heather. Picking our text: archival description, authenticity, and the archivist as editor. **The American Archivist**, EUA, v. 68, n. 2, 2005.

MARCONDES, Carlos Henrique. Representação e economia da informação. **Ci. Inf.**, Brasília, DF, v. 30, n. 1, p. 61-70, jan./abr. 2001.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MILLER, Paul. Web 2.0: Building the New Library. **Ariadne**, Inglaterra, n. 45, 2005. Disponível em: <<http://www.ariadne.ac.uk/issue45/miller/>>. Acesso em: 19 abr. 2008.

MENNE-HARITZ, Angelika. Access - the reformulation of an archival paradigm. **Archival Science**, Holanda, v. 1, n. 1, p. 57-82, 2001.

NARATIONS. **Question**: Should we allow the public to tag descriptions in our online catalog? Why or why not?, 2009. Disponível em: <<http://blogs.archives.gov/online-public-access/?p=49>>. Acesso em: 30 ago. 2009.

O'REILLY, Tim. **What is Web 2.0**: Design Patterns and Business Models for the Next Generation of Software. 2005. Disponível em: <<http://www.oreilly.com/pub/a/oreilly/tim/news/2005/09/30/what-is-web-20.html>>. Acesso em: 19. abr. 2008.

PAULI, Evaldo. **O que todos devem saber da filosofia**. 1997. Disponível em: <<http://www.simpozio.ufsc.br/Port/1-enc/y-micro/SaberFil/PeqLogica/2211y086.html>>. Acesso em: 10 ago. 2009.

PENTEADO, Paulo. Serviços de Referência em Arquivos Definitivos: alguns aspectos teóricos. **Cadernos BAD**, Portugal, 2, 1995. Disponível em: <[http://pwp.netcabo.pt/0262917101/ServRef\\_ADef.pdf](http://pwp.netcabo.pt/0262917101/ServRef_ADef.pdf)>. Acesso em: 15 jul. 2008.

SÁ, Ivone Pereira de. **A face oculta da interface**: serviços de informação arquivística na web centrados no usuário. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2005. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado, Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca - FIOCRUZ, 2005.

SAMOUELIAN, Mary E. **Embracing Web 2.0**: archives and the newest generation of web applications. 2008. 69 f. Dissertação (Master of Science in Library Science) – School of Information and Library Science, University of North Carolina at Chapel Hill, Chapel Hill, 2008.

SANTOS, Vanderlei Batista dos. **Gestão de documentos eletrônicos**: uma visão arquivística. Brasília: ABARQ, 2005.

SCHAFFNER, Jennifer. **The metadata is the interface**: better description for better discovery of archives and special collections, synthesized from user studies. Dublin: OCLC Research, 2009. Disponível em: <<http://www.oclc.org/programs/publications/reports/2009-06.pdf>>. Acesso em: 24 ago. 2009.

SILVA, Rubens Ribeiro Gonçalves da. Informação, ciberespaço e consciência. **Transinformação**, Campinas, vol. 18, n. 3, p. 191-20, 2006.

SILVA, Rubens Ribeiro Gonçalves da. **Digitalização de acervos fotográficos públicos e seus reflexos institucionais e sociais**: tecnologia e consciência no universo digital. 2002. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <[http://tededep.ibict.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=15](http://tededep.ibict.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=15)>. Acesso em 30 jun. 2009.

SOCIETY OF AMERICAN ARCHIVISTS. **Statement of principles for the CUSTARD project**. 2002. Disponível em: <<http://www.archivists.org/news/custardproject.asp>>. Acesso em: 21 mar. 2008.

TIBBO, Helen R.; MEHO, Lokman I. Finding Finding Aids on the World Wide Web. **The American Archivists**, EUA, v. 64, Spring/Summer, 2001. Disponível em: <<http://dlist.sir.arizona.edu/1640/01/tibbo-meho.pdf>>. Acesso em: 07 ago 2008.

VAN GARDEREN, Peter. **Web 2.0 and archival institutions**. 2006a. Disponível em: <<http://archivemati.ca/2006/05/08/web-20-and-archival-institutions/>>. Acesso em: 20 mar. 2008.

VAN GARDEREN, Peter. **Web 2.0 and archives access system**. 2006b. Disponível em: <<http://archivemati.ca/wp-content/shockwave-flash/SAA2006.html>>. Acesso em: 20 mar. 2008.

VELOSO, Antônio José de Barros. **Acerca da indução**. 2004. Disponível em: <[http://cfcul.fc.ul.pt/equipa/2\\_cfcul\\_ao\\_elegiveis/antonio%20veloso/acercadainducao.doc](http://cfcul.fc.ul.pt/equipa/2_cfcul_ao_elegiveis/antonio%20veloso/acercadainducao.doc)>. Acesso em: 9 ago. 2009.

YAKEL, Elizabeth. Archival Representation. **Archival Science**, Holanda, v. 3, n. 1, p. 1-25, 2003.

YAKEL, Elizabeth; SHAW, Seth; REYNOLDS, Polly. Creating the Next Generation of Archival Finding Aids. **D-LIB Magazine**, EUA, v. 13, n. 5/6, 2007.

## APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO ONLINE

Instituição:  
Seu nome:  
Cargo/função:  
E-mail:

---

1 - Quais projetos ou ações desta instituição visam melhorar o acesso ao acervo para os usuários?

2 - A instituição adota alguma dessas normas ou padrões no processo de descrição arquivística?

3 - Há infra-estrutura de acesso à internet no(s) setor(es) que realiza(m) as atividades de representação da informação (como a descrição arquivística e a digitalização do acervo)?

(Responder caso a questão 3 tenha sido “sim”) 4 - A internet disponível nos setores é utilizada durante a produção ou melhoria dos instrumentos de pesquisa da instituição? Como?

5 - A instituição disponibiliza alguma representação de informação do acervo na internet? (tais como instrumentos de pesquisa, imagens digitais de documentos, transcrições etc.)

**(Responder essa caso a questão 5 tenha sido “sim”)** 6 – Que tipos de representações de informação do acervo (instrumentos de pesquisa, imagens digitais de documentos, transcrições etc.) são disponibilizados na internet?

7 – Há alguma forma de um usuário dos instrumentos de pesquisa online sugerirem, pela internet, melhorias para as descrições arquivísticas disponibilizadas? Se houver, liste estas possibilidades oferecidas ao usuário.

8 - Os usuários dispõem de canais de comunicação para o envio de elogios, sugestões ou críticas para a instituição?

**(Responder essa caso a questão 8 tenha sido “sim”)** 9 - Quais críticas, sugestões ou elogios relativos à facilidade de uso dos instrumentos de pesquisa (físicos e digitais, se existirem) os usuários costumam fazer?

10 - A instituição planeja utilizar ainda este ano a abordagem da Web 2.0 na criação ou desenvolvimento de seus instrumentos de pesquisa digitais?

**(Responder essa caso a questão 10 tenha sido “sim”)** 11 - Considerando que a Web 2.0 seja parte do planejamento institucional para a política de descrição arquivística, como a instituição pretende utilizar a abordagem da Web 2.0?

## APÊNDICE B – ROTEIRO SEMI-ESTRUTURADO DE ENTREVISTA

De modo geral, como as tecnologias da informação e comunicação são utilizadas durante o trabalho de descrição arquivística e produção de instrumentos de referência na instituição?

1. Existem meios que permitam aos usuários da instituição auxiliarem na melhoria ou ampliação dos instrumentos de referência da instituição?
2. Os instrumentos de referência são disponibilizados ao público na internet? **SE SIM:** Quais instrumentos e como são disponibilizados? **SE NÃO:** Porque ainda não há instrumentos disponibilizados nesse meio?
3. Os usuários costumam fazer críticas ou sugestões aos instrumentos de referência disponibilizados na internet?
4. Qual a importância das críticas e sugestões dadas pelos usuários aos instrumentos de referência disponibilizados na internet?
5. A instituição possui ou planeja criar algum blog, wiki, fórum ou outra ferramenta que permita aos usuários interagirem com os instrumentos de referência?
6. *Caso a resposta da pergunta anterior seja positiva:* Que tipo de interação a instituição espera dos usuários por meio dessas ferramentas?
7. Você conhece a ideia da Web Social ou Web 2.0? **SE SIM:** Considera que há alguma relação entre a Web Social e o trabalho de descrição arquivística?